



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL - CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

ANA CAMILA PIAIA

**O “X” DA QUESTÃO NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE CRIMES
CIBERNÉTICOS: ESTRATÉGIAS DE ENSINO A PARTIR DA ESCUTA DE
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Porto Alegre/RS

2024

ANA CAMILA PIAIA

**O “X” DA QUESTÃO NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE CRIMES
CIBERNÉTICOS: ESTRATÉGIAS DE ENSINO A PARTIR DA ESCUTA DE
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.
Orientadora: Liliane Madruga Prestes
Co-orientadora: Michelle Camara Pizzato
Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica

Porto Alegre

2024

P581q Piaia, Ana Camila

O "X" da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica / Ana Camila Piaia – Porto Alegre, 2024.
110 f. : il., color.

Orientadora: Dra. Liliane Madruga Prestes
Co-orientadora: Michelle Camara Pizzato

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Porto Alegre, 2024.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Direito cibernético. 3. Técnico em Informática. 4. Redes Sociais. 5. Práticas de Ensino. I. Prestes, Liliane Madruga. II. Pizzato, Michelle Camara. III. Título.

CDU: 37:004

Elaborada por Filipe Xerxeneski da Silveira - CRB10/1497

ANA CAMILA PIAIA

**O “X” DA QUESTÃO NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE CRIMES
CIBERNÉTICOS: ESTRATÉGIAS DE ENSINO A PARTIR DA ESCUTA DE
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Liliane Madruga Prestes

Co-orientadora: Michelle Camara Pizzato

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica

Aprovada em 26 de novembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Liliane Madruga Prestes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
Orientadora

Profa. Dra. Michelle Camara Pizzato
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
Co-orientadora

Profa. Dra. Andréia Modrzejewski Zucolotto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

Prof. Dr. Humberto Luis de Cesaro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

ANA CAMILA PIAIA

**ESPAÇO VIRTUAL SOBRE DIREITO CIBERNÉTICO: COMPARTILHANDO
SABERES NA EPT**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Liliane Madruga Prestes

Co-orientadora: Michelle Camara Pizzato

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica

Validado em 26 de novembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Liliane Madruga Prestes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
Orientadora

Profa. Dra. Michelle Camara Pizzato

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS
Co-orientadora

Profa. Dra. Andréia Modrzejewski Zucolotto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS

Prof. Dr. Humberto Luis de Cesaro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Às minhas sobrinhas Antonella e Amélia, com a esperança de que cresçam em um mundo onde a educação lhes abra todas as portas e as inspirem a ser tudo o que desejarem. Que nunca lhes falte coragem para aprender, questionar e transformar o que for preciso em sua jornada.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, pelo carinho, incentivo e compreensão nos momentos mais desafiadores dessa jornada.

Aos meus amigos e colegas, que de alguma forma contribuíram, seja com palavras de encorajamento, apoio emocional ou até mesmo com trocas de experiências acadêmicas.

À minha orientadora, Liliane Madruga Prestes, pela paciência, apoio e orientação constante durante todo o processo de construção deste trabalho e à minha co-orientadora Michelle Câmara Pizzato, pelo suporte e atenção dedicados.

Aos professores e colegas do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, em especial do IFRS Campus Porto Alegre, que proporcionaram um ambiente de aprendizado e crescimento profissional, enriquecendo minha formação.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, tornando essa caminhada o mais leve possível.

RESUMO

Esta dissertação, intitulada “O ‘X’ da Questão na Prevenção e Enfrentamento de Crimes Cibernéticos: Estratégias de Ensino a partir da Escuta de Estudantes da Educação Profissional e Tecnológica”, apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo investigar as percepções dos estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Farroupilha sobre crimes cibernéticos e propor estratégias educacionais para o enfrentamento e prevenção desses crimes no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na formação humana integral. A pesquisa abordou temas como Direito Cibernético, Tecnologia, Educação Profissional e Tecnológica e redes sociais, incluindo a plataforma Rede X (anteriormente Twitter). De natureza aplicada, a metodologia incluiu uma revisão de literatura e análise de dissertações do ProfEPT, complementada pela análise documental de legislações e do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática. A pesquisa de campo foi conduzida com questionários aplicados presencialmente aos estudantes, cujos dados foram analisados para embasar a criação de um produto educacional. Os resultados da pesquisa de campo demonstraram que os estudantes têm uma compreensão do tema, que se mostrou superficial, o que demonstrou que há necessidade de um maior diálogo sobre Direito Cibernético. O produto educacional resultante desta pesquisa, um repositório digital aberto desenvolvido na plataforma Padlet, visa ampliar o conhecimento dos estudantes sobre segurança digital e Direito Cibernético, promovendo uma formação que integra competências técnicas com uma consciência ética e crítica. Este repositório oferece conteúdos acessíveis e interativos, permitindo que os estudantes compreendam a importância do uso seguro e responsável da internet, tanto em suas interações pessoais quanto em possíveis contextos profissionais. Ao contribuir para a formação humana integral, o repositório não apenas atende às demandas dos estudantes, mas também possui uma relevância social ao fomentar uma cidadania digital consciente, essencial no cenário atual de alta conectividade e exposição digital.

Palavras-Chave: Direito cibernético, Técnico em Informática, Educação Profissional e Tecnológica, Redes Sociais. Práticas de ensino na EPT.

ABSTRACT

This dissertation, titled “The ‘X’ Factor in the Prevention and Combating of Cybercrimes: Teaching Strategies Based on Listening to Students of Professional and Technological Education”, presents the results of research aimed at investigating the perceptions of students enrolled in the Integrated High School Technical Course in Informatics at the Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS) – Farroupilha Campus regarding cybercrimes. It also proposes educational strategies to address and prevent these crimes within the context of Professional and Technological Education (PTE), focusing on comprehensive human development. The research explored topics such as Cyber Law, Technology, Professional and Technological Education, and social networks, including the platform Rede X (formerly Twitter). Applied in nature, the methodology included a literature review and an analysis of dissertations from the ProfEPT program, complemented by a documentary analysis of legislation and the Pedagogical Project of the Technical Course in Informatics. Field research was conducted using questionnaires administered in person to students, with the collected data analyzed to support the development of an educational product. The field research results revealed that while students have a basic understanding of the topic, it is superficial, highlighting the need for increased dialogue about Cyber Law. The educational product resulting from this research is an open digital repository developed on the Padlet platform, designed to enhance students’ knowledge of digital security and Cyber Law. It promotes an education that integrates technical skills with ethical and critical awareness. This repository offers accessible and interactive content, enabling students to understand the importance of safe and responsible internet use, both in their personal interactions and potential professional contexts. By contributing to comprehensive human development, the repository not only addresses students’ needs but also has social relevance by fostering conscious digital citizenship—an essential aspect in today’s highly connected and digitally exposed world.

Keywords: Cyber Law, Computer Technician, Vocational and Technical Education, Social Media, Teaching Practices in Vocational Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico - Perfil dos Participantes da pesquisa	35
Figura 2: Gráfico - Raça dos Participantes da pesquisa	35
Figura 3: Gráfico - Expectativas após conclusão do Curso	36
Figura 4: Gráfico - Forma de Acesso à internet	37
Figura 5: Gráfico - Equipamentos para acesso à internet	38
Figura 6: Gráfico - Tempo por dia para acesso	39
Figura 7: Gráfico - Plataformas e frequência de acesso	39
Figura 8: Gráfico - Conteúdos acessados com frequência na internet	40
Figura 9: Gráfico - Uso do X (antigo Twitter) e frequência	41
Figura 10: Gráfico - Frequência de observação de conduta nas redes sociais	43
Figura 11: Gráfico - Opinião sobre estratégias para enfrentamento e combate ao crime cibernético	44
Figura 12: Gráfico - Sugestão de conteúdos ou temas sobre crimes cibernéticos	45
Figura 13: Página introdutória do <i>Padlet</i>	48
Figura 14: Seções 1, 2 e 3 do <i>Padlet</i>	49
Figura 15: Seções 3, 4 e 5 do <i>Padlet</i>	49
Figura 16: Seções 6 e 7 do <i>Padlet</i>	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Procedimentos metodológicos da pesquisa	32
Quadro 2: Categorias prévias de análise para o questionário do grupo 1	34
Quadro 3: Critérios para avaliação do produto educacional	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CGI - Comitê Gestor de Internet
- CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- DCNEPT - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica
- EPT - Educação Profissional e Tecnológica
- ETFAR - Escola Técnica Farroupilha
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PPC – Projeto Pedagógico de Curso
- PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil
- ProfEPT – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
3 METODOLOGIA	33
4 ANÁLISE DOS DADOS	37
5 PRODUTO EDUCACIONAL	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	
APÊNDICE A - TCLE - GRUPO 1 (discentes)	69
APÊNDICE B – TCLE - GRUPO 2 (egressos)	72
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO GRUPO 1	75
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO GRUPO 2: Avaliação do PE.	82
APÊNDICE E - ENCARTE PARA O PRODUTO EDUCACIONAL	89
APÊNDICE F - RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	101
ANEXOS	
ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFRS	105
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFRS - CAMPUS PORTO ALEGRE	109
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL - IFRS - CAMPUS FARROUPILHA	110

1 INTRODUÇÃO

O Direito Cibernético é uma especialidade da área do Direito que está em fase de expansão. Com a ampliação do alcance da internet nos últimos anos, o Direito, como ciência social, precisou atingir esse contexto para prever situações antes não normatizadas. Assim, observou-se a ampliação da legislação sobre o tema, impulsionada de início pela publicação da lei que regulamenta o combate e enfrentamento de crimes virtuais, nº 12.737 de 2012, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, após a atriz Carolina Dieckmann ter fotos pessoais divulgadas nas redes sociais, sem o seu consentimento.

Essa lei, que alterou o Código Penal (Decreto-lei nº 2.848/40), inseriu quatro novos crimes (tipos penais) na legislação brasileira e teve um processo célere de aprovação: menos de dois anos após o incidente ocorrer, as alterações já haviam sido votadas e estavam em vigência (Senado, 2023). Importante mencionar que a situação vivenciada por Carolina foi fundamental para a criação da lei, pois a utilização de seu nome fez com que o projeto ganhasse força, credibilidade e popularidade (Carneiro et al., 2022, p. 6). A justiça já apontava a necessidade de criação desta lei há pelo menos doze (12) anos antes da sua ratificação, o que demonstra que a relevância do assunto é apontada há mais tempo do que pensamos.

A partir desse acontecimento, os debates a respeito se intensificaram, visto que a internet foi tomando uma proporção nunca antes imaginada. Em 2018, por exemplo, foi publicada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, nº 13.709 de 2018, que dispõe sobre o tratamento dos dados pessoais, com o “objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (Brasil, 2018).

Além das iniciativas legislativas, organizações surgiram com o objetivo de fornecer dados sobre o uso da internet, mapear denúncias sobre o uso indevido da ferramenta e propor alternativas para a prevenção e combate aos crimes cibernéticos, como o Comitê Gestor da Internet (CGI) e a Safernet Brasil. A CGI é uma estrutura governamental responsável por coordenar e integrar as iniciativas relacionadas ao uso e funcionamento da Internet no Brasil e em pesquisa em 2022, estimou que 92% de crianças e adolescentes brasileiros são usuários de internet, e dessa porcentagem, 86% reportaram possuir perfil em redes sociais (CGI, 2023). Já

a Safernet Brasil se intitula como “associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, [...] com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil” (Safernet Brasil, 2023). A organização, que é um canal de denúncias sobre crimes na web, relata que em 2023 as representações sobre imagens de abuso e exploração sexual infantil online aumentaram em 70%.

Considerando o exposto e também minha formação em Direito e meu local de trabalho, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) Campus Farroupilha, que conta com o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, foi realizada uma busca no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para verificar a existência de disciplina/conteúdo que tratasse sobre Direito Cibernético, visto a atual relevância do tema e a importância de ser parte da formação destes profissionais. Em pesquisa breve no Projeto Pedagógico, identificou-se que o objetivo geral do curso é “a formação geral do educando para o exercício da cidadania e para a atuação no mundo do trabalho, através da apropriação dos conhecimentos e práticas relacionados à ciência, à cultura e à tecnologia, assim como a capacitação para a atividade profissional específica para a área de informática” (IFRS Campus Farroupilha, 2018, p.11). Nos objetivos específicos, encontrou-se:

- [...]Proporcionar e estimular a construção de um conhecimento histórico e sociológico crítico, multifacetado e interdisciplinar sobre as relações entre indivíduo e sociedade e seus diferentes aspectos políticos, econômicos e culturais, contribuindo para a formação da consciência histórica e social do educando sobre a gênese e as características do mundo contemporâneo.
- Compreender as dimensões da qualidade de vida e as responsabilidades coletivas e individuais pelo meio ambiente e pela vida;
- Possibilitar o prosseguimento de estudos e a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, de acordo com o princípio da verticalização dos Institutos Federais.[...]

Entretanto, mesmo havendo menções sobre cidadania, responsabilidades e formação da consciência, não existe na matriz curricular do curso nenhuma disciplina ou ementa que contemple o tema destaque do presente projeto. Por isso, observando a fragilidade do tema no curso e todos os motivos expostos acima, é que se vislumbrou o problema da pesquisa, sendo *Como estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus Farroupilha do IFRS definem crimes cibernéticos e quais estratégias de ensino sugerem visando o enfrentamento e prevenção no contexto da Educação Profissional e Tecnológica?*

Ao encontro disso, com o objetivo de identificar a fragilidade do assunto e limitar a pesquisa, para que seja possível de ser executada no curto espaço de tempo do Mestrado, verificou-se, após observação no meu setor de trabalho, o Setor de Ensino, que a Rede Social X, antigo Twitter, é uma das plataformas mais utilizadas pelos discentes e também sobre a qual foram relatados incidentes envolvendo estudantes do Campus, os quais motivaram a rede social a receber destaque na presente pesquisa.

Também, e não menos importante, em breve pesquisa realizada no observatório do ProfEPT, encontraram-se algumas dissertações sobre Direitos Humanos, Direito Constitucional, Cidadania, Cyberbullying, mas especificamente sobre Direito Cibernético ainda não há menção, o que configura a relevância do tema para o programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, em especial do IFRS Campus Porto Alegre, local onde estudo,

Contudo, considerando o histórico apresentado, foi definido como objetivo geral desta pesquisa “Investigar os conhecimentos prévios de estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus Farroupilha do IFRS sobre direito cibernético e quais estratégias de ensino sugerem para o enfrentamento e prevenção de crimes cibernéticos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, visando a formação humana integral.” E como objetivos específicos, foram traçados os seguintes:

- a) Ampliar os estudos sobre direito cibernético, em especial, a partir da análise das atuais políticas vigentes no contexto brasileiro, enfocando como tal temática tem sido abordada no contexto da EPT, em especial, no curso Técnico em Informática integrada ao Ensino Médio ofertado pelo Campus Farroupilha do IFRS.
- b) Mapear os conhecimentos prévios de estudantes e docentes da EPT sobre direito cibernético produzindo subsídios para o aprimoramento das práticas educativas.
- c) Desenvolver um produto educacional pautada na escuta de demandas e mapeamento de conhecimentos prévios de estudantes sobre direito cibernético contribuindo para o aprimoramento das práticas educativas visando à formação humana integral no contexto da EPT.

Este estudo está vinculado a linha de pesquisa de Práticas Educativas na EPT, no Macroprojeto 3 - Práticas Educativas no Currículo Integrado, o qual abriga

projetos que trabalham na perspectiva do currículo integrado, que venham a contribuir para a qualificação das práticas pedagógicas e avaliativas integradas, em direção à superação da dualidade estrutural, nas diversas ações de ensino, tendo como pilares o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, com suporte da interdisciplinaridade e das diversas relações existentes no mundo do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Articulando os conceitos de educação, trabalho e tecnologias: aproximações iniciais ao campus de estudo na Educação Profissional e Tecnológica

A fim de organizar os pensamentos neste primeiro momento, cabe iniciar tratando sobre Trabalho e Educação. Dermeval Saviani (2007, p. 1), em seu artigo intitulado “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”, faz um apanhado histórico sobre a origem do trabalho e da educação, explicando o vínculo sobre a constituição do conceito de escola e trabalho. Saviani questiona no início, “quais são as características do ser humano que lhe permitem realizar as ações de trabalhar e de educar? Ou: o que é que está inscrito no ser do humano que lhe possibilita trabalhar e educar?”

Trabalho e educação são conceitos intimamente ligados. Primeiramente porque ambos são inerentes ao ser humano. Como traz Saviani (2007, p. 3),

Voltando-nos para o processo de surgimento do ser humano vamos constatar seu início no momento em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os seres humanos têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os seres humanos ajustam a natureza às suas necessidades.

Portanto, parafraseando o autor, a existência humana não é uma dádiva natural, é fruto de trabalho, por isso se diz que o ser humano não nasce humano, forma-se. Este processo de formação é um aprendizado, por isso ele precisa aprender a produzir sua própria existência, daí vem o primeiro processo educativo, a origem da educação coincide com a origem do ser humano mesmo (Saviani, 2007, p. 3). Mas cabe mencionar que inicialmente o trabalho possuía a característica de ser comunitário, trabalhava-se pela subsistência e o que restava era utilizado como forma de troca. Com o advento da Revolução Industrial e com o desenvolvimento da produção, a troca passou a ser o processo regular de economia de mercado, o que “conduziu à divisão do trabalho, à apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade vigente nas comunidades primitivas” (Saviani, 2007, p. 4).

Com o aprofundamento da divisão social do trabalho, a forma que a escola era conhecida e desenvolvida se modificou e passou a espelhar a divisão da sociedade em classes. Em razão da necessidade do capitalismo de formar pessoas habilitadas a realizar inúmeras funções, o proletariado, de um lado, passou a ser educado para realizar a manutenção de máquinas, por exemplo, com uma educação basicamente técnica. Por outro lado, a burguesia, que dispunha de dinheiro, tempo livre e lazer, podia estudar disciplinas propedêuticas e teóricas e ter acesso a uma educação mais criativa e livre.

Assim, observa-se que a escola foi acompanhando as mudanças sociais ao longo dos tempos, e principalmente durante esta alteração significativa da sociedade, em que se impôs o direito positivo, a escola estava presente, ainda que de formas distintas às classes sociais havia a necessidade de conhecimento do alfabeto. Saviani (2007, p. 8) diz que houve uma “Revolução Educacional [...] aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação.”

Esta escola, ligada intimamente aos interesses do capital e ao mundo da produção, mudou todo o cenário educacional, que aos poucos foi evoluindo e se adaptando às necessidades dos donos dos meios de produção. Importante observação de Saviani (2007, p. 8) sobre esse processo:

No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade.

Percebe-se, conforme se desenvolverá esta leitura, que a educação, a partir da Revolução Industrial, passou a ser agente do capital, educando os trabalhadores às técnicas necessárias e ao mesmo tempo os alienando. Esta educação deu origem à educação profissional como vemos nos estabelecimentos vinculados ao Sistema S, por exemplo, mas também incitou tentativas de superação.

É fundamental apontar que o trabalho, do ponto de vista dos estudiosos que tratam de trabalho e educação, não é aquele no sentido histórico, ou seja, “que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma

específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis diretamente produtiva” (Ramos, 2008, p. 8). Este sentido histórico é o que se busca superar por meio de uma educação que vise a formação humana integral. Já o trabalho como princípio educativo é ontológico, ou seja, “como práxis humana e, então, como a forma pela qual o ser humano produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros seres humanos e, assim, produz conhecimentos [...]” (Ramos, 2008, p. 8). A esse respeito, Frigotto (2009, p. 7) esclarece que

Na sua dimensão ontocriativa, explicita-se que, diferente do animal, que é regulado e programado por sua natureza, por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas adapta-se e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência.

Nesse sentido, conforme diria Álvaro Vieira Pinto (2005), “a verdadeira finalidade da produção humana consiste na produção das relações sociais, a construção de formas de convivência”. Sobre isso, podemos trazer à discussão o conceito de técnica e tecnologia, tão importantes para a compreensão do trabalho em seu sentido ontológico, já que fazem parte do processo de construção da vida do ser humano.

O autor, em seu aclamado livro *O conceito de tecnologia* (Pinto, 2005), distingue em 04 (quatro) significados o termo. O primeiro diz respeito ao significado etimológico, sendo “a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, abrangidas nesta última as noções de artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa” (Pinto, 2005). Para o segundo significado, estabelece que equivale pura e simplesmente à técnica, que caracteriza-se pelo conceito mais comum da palavra. O terceiro significado é aquele que se refere ao “conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento” (Pinto, 2005). Por fim, e não menos importante, o quarto sentido diz respeito à ideologização da técnica. Este último conceito trata do respeito ao processo de transformação do ser humano em ser humano, podendo ser definidos dois aspectos fundamentais: a aquisição da capacidade de projetar, pelo ser humano e a compreensão de ser social, para que ele possa produzir o que foi projetado. Desta forma, aliam-se os conceitos de técnica, tecnologia e trabalho.

Por fim, e tendo por base o método materialista histórico-dialético, compreendemos que a educação é o caminho para superação da divisão da sociedade em classes, da alienação do trabalho, da apropriação do produto do trabalho pelo capital. Nesse sentido é que a Educação Profissional e Tecnológica vem ao encontro da proposta deste projeto, trazendo à discussão temas como tecnologia, trabalho, informática e cidadania, por meio de uma formação omnilateral, é que formaremos sujeitos despertos à consciência da exploração do capital.

2.2 A Educação Profissional no Brasil: breve incursão na trajetória da rede federal de EPT

Ao reportarmos a trajetória da EPT no cenário brasileiro, é importante pontuarmos que tendo a Revolução Industrial chegado tardiamente ao Brasil, não se encontravam antes do século XIX registros de iniciativas de Educação Profissional em nosso país (Moura, 2007, p. 5). Há o registro a partir de 1809 de alguns indícios que podem elucidar melhor o histórico desta categoria, a partir da criação do Colégio das Fábricas.

A partir desta data, iniciaram-se algumas tentativas de criação de estabelecimentos, mas todos com cunho assistencialista, ou seja, com o objetivo de tirar menores órfãos das ruas e evitar que praticassem atos que fossem contra a moral e os bons costumes.

Já no século XX, há a mudança de paradigma, em que o foco muda de assistencialismo para a formação de trabalhadores, já que a Educação Profissional passa a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1909, Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes Artífices, que no futuro viriam a se tornar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Segundo Moura (2007, p. 7), “A criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da EP no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria.”

A partir daí, a educação passou por inúmeras mudanças, refletindo os interesses da sociedade da época (sociedade=capital), como por exemplo a criação das escolas vocacionais e pré-vocacionais, no período ditatorial de Getúlio Vargas, que “destinavam-se a preparar os filhos dos operários ou de seus associados

para os ofícios, cujos cursos deveriam ser desenvolvidos com a colaboração dos sindicatos e das indústria” (Moura, 2007, p. 8).

O processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira demandou profissionais especializados e exigiu que os governantes tomassem atitudes em relação à educação no Brasil. É neste momento que é promulgada a Reforma Capanema (a partir de 1942), conjunto de decretos que normalizaram a estrutura da educação, inclusive a criação do Sistema S foi incluída nesta reforma. Conforme Moura (2007, p. 9),

Na educação básica desaparecem os cursos de complementação e surge uma nova etapa, os cursos médios de 2º ciclo (atual ensino médio), denominados de cursos colegiais, com duas variantes: científico e clássico, ambos voltados para preparar cidadãos para o ingresso no ensino superior. Assim sendo, a educação brasileira denominada regular, fica estruturada em dois níveis, a educação básica e a superior. A educação básica divide-se em duas etapas. O curso primário, com duração de 5 anos, e o secundário, subdividido em ginasial, com duração de 4 anos, e o colegial, com 3 anos.

Na década de 60, durante o regime ditatorial, entrou em vigor a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Em 1971, ainda durante o regime, é feita uma reforma da educação básica, em que é instituída a profissionalização obrigatória de 2º grau, que veio como resposta à necessidade de mão-de-obra, impulsionada pelo “milagre” brasileiro (Moura, 2007, p. 12).

A profissionalização obrigatória tem seu auge nos primeiros anos mas aos poucos vai perdendo força, sendo que com a promulgação da LDBEN atual, a saber, Lei Federal 9394/96 (Brasil, 1996), quase não há mais ensino profissionalizante. Durante o processo de aprovação da atual lei, havia muitos conflitos sociais, principalmente pela estruturação da nova sociedade democrática pós-ditatorial. Infelizmente, a lógica de mercado prevaleceu, e na Constituição Federal (Brasil, 1988) e na LDBEN (Brasil, 1996) a iniciativa privada passou a ter o poder de intervir na educação.

A atual LDBEN possuía e possui muitos críticos em relação ao formato de educação que atendesse à lógica do capital. A ideia desses críticos era de que os estudantes não deveriam sair apenas formados em uma técnica especializada, mas dominando os fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, conceito que é tratado por Marx como Politecnicia.

Saviani (2003, p. 10), ao focar o termo Politecnicia, o define como “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.” Na sequência, reporto aos de Moura (2007, p. 16), o qual menciona que implementar a politecnicia na forma em que foi proposta por Marx implica uma reflexão sobre a oferta do Ensino Médio integrado à educação profissional. Segundo o autor,

Tais reflexões conduziram ao entendimento de que uma solução transitória e viável é um tipo de ensino médio que garanta a integralidade de uma educação básica, ou seja, que inclua os conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais de formação profissional numa perspectiva da integração dessas dimensões. Essa perspectiva, ao adotar a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho como eixos estruturantes, contempla as bases em que se pode desenvolver uma educação tecnológica ou politécnica e, ao mesmo tempo, uma formação profissional *stricto sensu* exigida pela dura realidade da sociedade brasileira (Moura, 2007, p. 16).

Assim, a tentativa de criar esta integração é observada nos Ensino Médio Integrados. Segundo Frigotto et al. (2014, p. 15), “Na educação técnico-profissional integrada ao ensino médio na sua concepção integral e, portanto, na perspectiva da politécnica, o eixo central é a articulação entre a construção do conhecimento (ciência e tecnologia), cultura e trabalho como princípio educativo, manifestação de vida, direito e dever.” Esta educação integrada possui como objetivo principal superar a conjuntura de uma realidade social desfavorável, para que os filhos dos trabalhadores obtenham uma profissão ainda no nível médio (Ramos, 2008, p. 16).

Mas mesmo preparando para o exercício das profissões, essa educação, voltada para a formação omnilateral, busca a união das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social, fazendo com que os estudantes possam atuar criticamente na sociedade, entendendo o seu papel no mundo como cidadãos e superando a apropriação do trabalho pelo capital.

Essa integração pode ser entendida como aquela que utiliza o trabalho como princípio educativo, o que, segundo Moura (2007, p. 19), “Está relacionado, principalmente, com a intencionalidade de que através da ação educativa os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação, o fato de que é socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de todos os cidadãos [...]”.

No Brasil, os ensino médio integrados são uma iniciativa do governo federal, ofertadas por meio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e amparadas pela atual LDBEN. Conforme o endereço eletrônico do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), tal rede, que em 2023 completa 113 anos de existência, é composta por 647 escolas em 651 municípios, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores, professores e técnico-administrativos (CONIF, 2022).

O foco do presente estudo será o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio, curso que possui presença em todas as regiões do país, contando, em 2022, com 464 registros de cursos na Rede Federal, na modalidade Integrado, conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha. O lócus da pesquisa será o Campus Farroupilha do IFRS, local de exercício das atividades profissionais da mestranda, o qual está em atividade desde 2010. Segundo o site institucional do campus, “O Campus Farroupilha, aberto à comunidade farroupilhense desde 2010, surge a partir da federalização da antiga Escola Técnica de Farroupilha (ETFAR) com a finalidade de oferecer cursos técnicos de nível médio, de nível superior de graduação e de pós-graduação, atendendo a verticalização da educação.” Já o referido curso, objeto de estudo do trabalho, teve sua primeira turma iniciando no primeiro semestre de 2011, conforme dados do Projeto Pedagógico do Curso (IFRS Campus Farroupilha, 2016).

2.3 Da evolução da tecnologia ao Direito Cibernético: os caminhos que a Informática percorre

É notório que vivemos uma era digital muito acelerada. Principalmente para quem nasceu antes dos anos 90, conseguimos acompanhar as evoluções do mundo digital de forma muito intensa e percebemos como as “tramas” da rede passaram a envolver mais e mais aspectos de nosso cotidiano, como processos que antes eram feitos de forma física, com papéis impressos e que agora se realizam exclusivamente em meio digital.

A ciência que está por trás de todas estas inovações do mundo digital, a informática, é muito conhecida por todos, mas cabe trazer aqui um conceito formal. É a ciência que busca estudar o tratamento automático e racional da informação e possui como funções desenvolver novas máquinas, criar métodos de trabalho,

construir aplicações automáticas e melhorar os métodos e aplicações existentes (Pinheiro, 2010, p. 71). Este ramo do mundo tecnológico está intrinsecamente ligado às nossas vidas, e sendo de tal forma algo muito complexo, é natural que fosse necessário regulação jurídica também.

Entramos, portanto, em uma seara importante e de familiaridade para mim que é vincular todo este conteúdo com o Direito. Quando me graduei Bacharela em Direito, já estava muito acostumada com o mundo Digital, no entanto na época não tive a oportunidade de estudar diretamente o Direito Cibernético, tema desta pesquisa. O mundo do Direito já percebia as necessidades de regulação jurídica das relações que envolvem a vida digital, mas ainda não possuía muitos mecanismos de controle importantes. Por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, de número 13.709, foi promulgada apenas em 2018, três anos após minha colação de grau. Por isso, essa pesquisa é muito satisfatória pois me traz conhecimentos novos sobre o tema e permite que além de conseguir levar este conteúdo ao público alvo da pesquisa eu possa aprender também, indo ao encontro da dialogicidade.

Além disso, cabe pontuar que a abordagem do tema de Direito Cibernético vai ao encontro dos princípios balizadores da proposta do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNEPT), que tratam da estrutura e organização da EPT de Nível Médio (Brasil, 2021):

[...]Art. 16. Os cursos técnicos serão desenvolvidos nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, assim caracterizadas:

VII - os saberes exigidos para exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientados por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromissos com a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária;

VIII - o domínio intelectual das tecnologias pertinentes aos eixos tecnológicos e às áreas tecnológicas contempladas no curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e de aprendizagem, promovendo a capacidade permanente de mobilização, articulação e integração de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, indispensáveis para a constituição de novas competências profissionais com autonomia intelectual e espírito crítico; [...]

Sendo assim, o Direito Cibernético mostra-se necessário em diversas áreas e com muita relevância na educação. A esse respeito, no ano de 2023 foi promulgada

a Lei 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital, que em seu artigo 3º estabelece que (Brasil, 2023):

[...]Art. 3º O eixo Educação Digital Escolar tem como objetivo garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais, englobando:

IV - direitos digitais, que envolve a conscientização a respeito dos direitos sobre o uso e o tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), a promoção da conectividade segura e a proteção dos dados da população mais vulnerável, em especial crianças e adolescentes; [...]

Após esta breve divagação, seguimos no conteúdo propriamente dito. Patricia Peck Pinheiro (2010, p. 71), menciona que “O Direito Digital consiste na evolução do próprio Direito, abrangendo todos os princípios fundamentais e institutos que estão vigentes e são aplicados até hoje, assim como introduzindo novos institutos e elementos para o pensamento jurídico, em todas as suas áreas [...]”. Além disso, a autora também traz um questionamento que considero interessante de trazer aqui: “Como instrumento de regulação de condutas, o Direito deve refletir a realidade da sociedade. Agora, quem adapta os legisladores e dos aplicadores da lei à nova realidade social? Como fazer essa mudança cultural que está tão enraizada em todos nós?”

Infelizmente ou felizmente, o Direito é uma ciência bastante burocrática e que demanda tempo e muita pesquisa, o que vai de encontro com a rapidez com que as tecnologias evoluem. Sobre isso, Pinheiro (2010, p. 73) faz uma observação sobre: “No Direito Digital prevalecem os princípios em relação às regras, pois o ritmo de evolução tecnológica será sempre mais veloz que o da atividade legislativa. Por isso, a disciplina jurídica tende à autorregulamentação, pela qual o conjunto de regras é criado pelos próprios participantes diretos do assunto em questão com soluções práticas que atendem ao dinamismo que as relações de Direito Digital exigem”.

Nesse ponto, já podemos ter uma ideia que o Direito Digital, ou Cibernético, com chamamos nesta dissertação, é a disciplina que vai regular as relações que envolvem o mundo digital, desde relações cíveis, ou seja, do mundo civil, como empresariais, administrativas e penais, como será mais aprofundado na sequência, com os crimes cibernéticos.

2.3.1. Das subdivisões do Direito: os crimes cibernéticos

O Direito abrange todas as esferas da vida privada e da pública, subdividindo-se em muitas categorias, como o Direito Civil, Penal, Administrativo, Empresarial, Tributário, Previdenciário, entre outros. Por isso, com o objetivo de afunilar o conteúdo desta pesquisa, restringimo-nos a falar apenas sobre crimes cibernéticos, dada sua relevância atual.

Os crimes cibernéticos são trabalhados na disciplina de Direito Penal, que é, segundo Bittencourt (2012, p.19) “um conjunto de normas jurídicas que tem por objeto a determinação de infrações de natureza penal e suas sanções correspondentes — penas e medidas de segurança.” É a disciplina que vai tratar sobre lesões a bens jurídicos importantes para o Estado, como a vida, a propriedade, a saúde, o meio ambiente, a Administração Pública, entre outros. Os crimes cibernéticos, por sua vez, podem atingir vários bens jurídicos, mas o que os diferencia é o meio pelo qual o criminoso age.

Segundo Alexandre Junior (2019, p. 3), crime cibernético “é todo ato em que o computador ou meios de tecnologia de informação servem para atingir um ato criminoso ou em que o computador ou meios de tecnologia de informação são objeto de um crime.” Podemos dizer, portanto, que há dois tipos de crimes cibernéticos, o primeiro, em sentido mais amplo, em que a atividade criminosa é realizada no computador ou outro meio de tecnologia da informação, e o segundo, em sentido estrito, em que o meio informático surge como parte do tipo penal, no qual o bem jurídico não é digital. Podemos exemplificar o primeiro tipo de crime trazendo um artigo do Código Penal, lei nº 2.848/1940 (Brasil, 1940), com o delito de Invasão de dispositivo informático:

Art. 154-A. **Invadir dispositivo informático** de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita:
Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Já para a segunda categoria, trazemos o delito de Furto, que apresenta uma qualificadora, que é uma situação que agravará a pena se cometida:

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 4º-B. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido **por meio de dispositivo eletrônico ou informático**, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.

Além destas possibilidades, vislumbram-se muitas outras na legislação penal, fazendo com que as condutas atribuídas a elas sejam punidas de forma adequada e seguindo o rito já estabelecido segundo as normas processuais penais.

Para trazer à discussão algo que está em evidência no momento, limitaremos-nos a discutir os crimes cibernéticos nas redes sociais, em especial no X (antigo twitter), dada a relevância do tema para os jovens na atualidade, o que será abordado com mais ênfase a seguir.

2.4 Juventudes conectadas no contexto da educação profissional: breve apresentação do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio ofertado no Campus Farroupilha do IFRS

Na atualidade, os adolescentes e jovens estão hiperconectados, em especial, nas redes sociais. Este apontamento provém de uma simples observação do dia-a-dia dos estudantes no ambiente escolar, o que levantou inúmeras hipóteses de pesquisa. Considerando também as várias ocorrências envolvendo discentes e o uso irregular das redes na escola, somado à minha formação em Direito, visualizou-se a necessidade de estudar melhor este fenômeno do uso das redes juntamente com o conhecimento dos estudantes sobre os limites de uso das mesmas. Assim, encontrou-se o problema da pesquisa, *“Como estudantes do Ensino Médio Integrado em Informática definem crimes cibernéticos e quais estratégias de ensino sugerem visando o enfrentamento e prevenção no contexto da Educação Profissional e Tecnológica?”*

O curso de Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio foi escolhido pela sua proximidade com o tema, Direito Cibernético, e porque se entende que a formação humana integral preconizada na proposta do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio deve fornecer subsídios para a promoção da cidadania em tais espaços.

Sabe-se também que a internet é um mundo muito vasto e infinito, e por isso foi necessário restringir o tema da pesquisa apenas ao uso das redes sociais.

Delimitado o tema, então, cabe conceituar o que é rede social. Segundo Zenha (2018, p. 6), “Entende-se, como Rede Social online, o ambiente digital organizado por meio de uma interface virtual própria (desenho/mapa de um conceito) que se organiza agregando perfis humanos que possuam afinidades, pensamentos e maneiras de expressão semelhantes e interesse sobre um tema comum”. A autora também afirma que as redes podem ser entendidas como um conjunto de nós, que são os indivíduos que as utilizam, responsáveis por trocar e compartilhar informações.

Atualmente, em breve pesquisa na internet, é possível encontrar inúmeras redes sociais com as mais variadas características e para os mais diversos destinatários. O Twitter, recentemente nomeado X, é uma rede social que permite aos usuários receber e enviar mensagens, *tweets*, criada em 2006 e que logo se tornou popular para notícias, opiniões e interações sociais. Com cerca de 400 milhões de usuários, o Twitter é um dos principais canais de mídia social utilizados por personalidades públicas, empresas, organizações e indivíduos para se conectar com seu público e disseminar informações. A plataforma também é conhecida por seus recursos de hashtag e retweet, que facilitam a descoberta e compartilhamento de conteúdo. (Olhar Digital, [202-]). Por motivos de necessidade de delimitação do tema do projeto e em razão das altas demandas surgidas no Campus Farroupilha do IFRS a respeito de questões envolvendo discentes e o uso inadequado da internet na referida rede, foi ela a escolhida para ser centro do estudo.

A partir deste conceito, é possível observar que sendo compostas por seres humanos, que trocam informações, as redes sociais são suscetíveis a todo tipo de interação que a sociedade não virtual também está, como crimes cibernéticos, por exemplo. Por isso, a importância do Direito neste contexto, cada vez mais incorporado à nossa sociedade atual.

Com relação ao exercício da cidadania no uso de redes sociais é importante pontuarmos o recente surgimento de legislações relacionadas ao Direito Cibernético. Neste aspecto, cabe destacar que o Direito é um fenômeno social que acompanha a realidade e todo o ordenamento jurídico existente provém de relações sociais que tiveram a necessidade de ser normatizadas. Da mesma forma, em considerando a realidade atual posta pela sociedade virtual, observa-se a necessidade de adaptação do Direito para absorver as mudanças advindas das atualizações tecnológicas. Assim, conforme Ferraro et al. (2004, p. 24),

Os fatos e negócios jurídicos, até pouco tempo, fundavam-se na concepção de documentos escritos e arquivados em papel, além de definir relações pessoais em que nada tem haver com tal realidade, trazendo dúvida e insegurança jurídica para o desenvolvimento das relações intersubjetivas no meio virtual. O Direito Eletrônico ou Cibernético nada faz mais do que, ante a lacuna legislativa, apresentar uma teoria e uma análise lógica e jurídica dos litígios dos litígios que nascem em função da Internet.

Conforme citado anteriormente, a área de Direito Cibernético tem avançado a partir de demandas sociais e atualmente conta com um repertório específico de normas que pautam a atuação tanto do público, em geral e, em especial, de profissionais das áreas de Direito e de Informática. Para exemplificar o exposto, cito a Lei Federal nº 13.709/2018, popularmente conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018), cujo artigo 1º estabelece que

Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Analisando superficialmente este artigo, não é necessário ser especialista para entender a importância de um profissional da área da informática ter conhecimento dela.

Conhecer a legislação brasileira, independente da área a que se vincula, é exercício da cidadania. A preparação para isso, ademais, é prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases, que estabelece no artigo 2º que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996).

Portanto, considerando que um dos pilares da educação profissional é a formação humana integral, e o conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro um exercício da cidadania, nada mais necessário do que proporcionar aos estudantes o acesso a este conteúdo já no ensino médio integrado, formando pessoas preparadas tanto para o exercício da profissão quanto para a vida em sociedade.

Cabe aqui fazer uma observação, que está sendo incluída ao final da pesquisa, no processo de revisão da dissertação para entrega à banca, que em 31 de agosto de 2024, por decisão do STF como penalidade ao descumprimento de

medida judicial, o X (antigo Twitter) foi suspenso no Brasil, conforme trecho do acórdão abaixo:

[...]DIANTE DE TODO O EXPOSTO, presentes os requisitos legais necessários, *fumus boni iuris* – consistente nos reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais e inadimplemento das multas diárias aplicadas, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e Poder Judiciário brasileiros, para instituir um ambiente de total impunidade e “terra sem lei” nas redes sociais brasileiras, inclusive durante as eleições municipais de 2024 –, bem como o *periculum in mora* – consistente na manutenção e ampliação da instrumentalização da X BRASIL, por meio da atuação de grupos extremistas e milícias digitais nas redes sociais, com massiva divulgação de discursos nazistas, racistas, fascistas, de ódio, antidemocráticos, inclusive no período que antecede as eleições municipais de 2024, DETERMINO:

(1) A SUSPENSÃO IMEDIATA, COMPLETA E INTEGRAL DO FUNCIONAMENTO DO “X BRASIL INTERNET LTDA” em território nacional, até que todas as ordens judiciais proferidas nos presentes autos sejam cumpridas, as multas devidamente pagas e seja indicado, em juízo, a pessoa física ou jurídica representante em território nacional. No caso de pessoa jurídica, deve ser indicado também o seu responsável administrativo,[...] (Supremo Tribunal Federal, 2024)

Podemos destacar da leitura do acórdão a responsabilidade do X perante o tratamento das informações que os usuários disponibilizam na rede. A expressão “a internet é uma terra sem lei” não serve nem para os usuários da rede, nem para os próprios gestores, que têm o dever de fomentar um ambiente que permita a liberdade de expressão porém com a regulação de condutas delitivas, como os discursos de ódio, fake news, discursos racistas, nazistas, entre outros citados. A liberdade de expressão é direito fundamental, mas como todo direito não é absoluto, pois pode entrar em choque com outros princípios mais importantes, dependendo do caso concreto.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no Campus Farroupilha do IFRS, com a participação voluntária de discentes e egressos do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio. Quanto à abordagem, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, pois objetivou aprofundar a compreensão sobre o grupo de estudo a respeito do tema Direito Cibernético, tanto suas demandas pessoais quanto profissionais, com o objetivo de responder ao problema de pesquisa.

A respeito da natureza, foi uma pesquisa exploratória, que contou com os seguintes procedimentos metodológicos:

Quadro 1: Procedimentos metodológicos da pesquisa

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	DESCRIÇÃO
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	Revisão de literatura e análise de dissertações sobre o tema, em especial do ProfEPT, cuja busca será feita no repositório da CAPES, por dissertações disponibilizadas no período de 2009 (ano de criação dos Institutos Federais) até 2023 . Serão utilizados os seguintes descritores: DIREITO CIBERNÉTICO and/or EDUCAÇÃO PROFISSIONAL; DIREITO CIBERNÉTICO and/or TÉCNICO EM INFORMÁTICA; DIREITO CIBERNÉTICO and/or REDES SOCIAIS.
PESQUISA DOCUMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Análise do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio integrado ao ensino médio ofertado pelo Campus Farroupilha do IFRS. - Mapeamento da legislação sobre Direito Cibernético disponível no site institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em especial as normativas que versam sobre Direito Cibernético e, em especial, regulamentação sobre uso de redes sociais como a rede X (antigo twitter).
PESQUISA DE CAMPO	<p>Aplicação de questionário com 02 grupos de participantes, a saber:</p> <p>Grupo 01: com dez (10) discentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio, maiores de 18 anos, a respeito da compreensão que têm sobre o tema de pesquisa.</p> <p>Grupo 02: cinco (05) egressos do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio do Campus Farroupilha do IFRS, que participaram na pesquisa respondendo a questionário de avaliação do produto educacional, ao final de sua confecção.</p> <p>Os dados produzidos no decorrer da pesquisa foram sistematizados mediante a elaboração de produto educacional no formato de um <i>padlet</i> enfocando o conceito de Direito Cibernético e segurança na internet e na rede social X (Antigo Twitter) a partir da escuta de demandas apontadas por discentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio participantes da pesquisa. Na sequência, foi realizada a avaliação do Produto educacional - aplicação do questionário para o grupo 2 (via formulário google forms).</p>

Fonte: Produzido pela autora

Quanto à análise dos conteúdos, os dados foram sistematizados e analisados

conforme a metodologia proposta por Bardin (2016), que em seus estudos propôs a categorização dos dados por gênero, com critérios previamente definidos. Nos questionários que foram aplicados aos dois grupos, foram feitas seções para categorizar as perguntas, com o objetivo de tornar a análise posterior mais eficaz e sistemática. No questionário referente ao grupo 1, as questões foram divididas em cinco seções, sejam elas: Perfil dos/as participantes; Expectativas em relação ao curso; Acesso e rotinas de utilização da internet pelos estudantes; Conhecimentos prévios dos estudantes sobre Direito Cibernético; Demandas e desafios para o enfrentamento e prevenção de crimes cibernéticos no contexto do curso técnico em informática. Já no questionário de avaliação dos egressos, as perguntas foram organizadas em duas seções, a saber: relacionadas à apresentação estética e acessibilidade do Produto Educacional; referentes ao conteúdo do Produto Educacional; referente à relevância e impacto social do produto educacional.

Bardin (2016, grifo da autora) traz que é “necessário saber a razão *por que* se analisa, e explicitá-la de que se possa saber *como* analisar”. Sendo assim, as perguntas dos questionários foram pensadas para que respondam o problema da pesquisa, sejam elas em formato fechado ou aberto. Importante também mencionar o que o autor fala sobre a análise qualitativa, que será a utilizada para esta pesquisa. Apesar de realizarmos a quantificação de algumas das respostas fechadas, Bardin (2016) explica que “a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices são retidos de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes”.

Com base em tais pressupostos, os questionários foram aplicados ao grupo 1 (discentes) contemplaram previamente as seguintes categorias, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Categorias prévias de análise para o questionário do grupo 1

CATEGORIA PRÉVIA	QUESTÕES PREVISTAS NO QUESTIONÁRIO
Perfil dos/as participantes	1. Gênero 2. Raça/Etnia 3. Qual a sua idade? 4. Ano e Curso que atualmente frequenta no IFRS?
Expectativas	5. Quais suas expectativas após concluir o curso Técnico em

em relação ao curso	Informática?
Acesso e rotinas de utilização da internet pelos estudantes	6. Qual a forma de acesso à internet que você utiliza com mais frequência? 7. Qual dos equipamentos abaixo você utiliza para acessar a internet? 8. Quanto tempo você tem disponível para acesso à internet? 9. Marque as plataformas abaixo indicando a frequência de utilização numa escala de 0 a 5 10. Com relação a conteúdos disponibilizados na internet você costuma acessar com mais frequências em plataformas na internet? 11. Com relação especificamente ao uso do X (antigo Twitter), marque abaixo quais conteúdos você costuma postar e com que frequência?
Conhecimentos prévios dos estudantes sobre Direito Cibernético	12. Escreva, de forma breve, que você entende por crime cibernético? Se possível, poderias exemplificar? 13. Em escala de 01 a 04, assinale com que frequência você observou a conduta nas redes sociais, em particular, no X (antigo twitter)? 14. Você já ouviu falar sobre discursos de ódio nas redes sociais, em especial, no X (antigo twitter)?
Demandas e desafios para o enfrentamento e prevenção de crimes cibernéticos no contexto do curso técnico em informática	15. Na sua opinião, os crimes cibernéticos ocorrem com mais frequência em qual das plataformas abaixo? 16. Enquanto estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio, qual a sua opinião sobre a adoção das seguintes estratégias para o enfrentamento e combate ao crime cibernético, em especial, no X (antigo twitter)? 17. Enquanto estudante, quais conteúdos ou temas você sugere para serem abordados no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio visando contribuir para o enfrentamento e combate aos crimes cibernéticos, em especial, no X (antigo twitter)?

Fonte: Produzido pela autora

Quanto aos critérios de avaliação do produto educacional, o questionário aplicado ao grupo 2 (egressos), disponibilizado, via google forms, contemplou os seguintes os critérios apontados por Leite (2020), a saber:

Quadro 3: Critérios para avaliação do produto educacional

Critérios para avaliação do Produto Educacional	
(A) Estética e organização do material educativo	Promove o diálogo entre o texto verbal e o visual? Apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão? Promove uma leitura dinâmica com informações técnicas na mesma proporção que é didático? O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o leitor? Cuidado com a escrita do texto respeitando a diversidade?
(B) Capítulos do material educativo	Apresenta capítulos interligados e coerentes? Explícita na apresentação do Material Educativo a origem, os objetivos e o público alvo do material educativo? A introdução explica o referencial teórico a ser utilizado, a

	concepção que embasa o material educativo e os capítulos que o compõem?
(C) Estilo de escrita apresentado no material educativo	Apresenta conceitos e argumentos claros? Apresenta escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender? Explica todos os termos técnicos e expressões científicas? Estrutura as ideias facilitando o entendimento do assunto tratado? O texto escrito é atrativo e estimula a aprendizagem do leitor? As atividades propostas contribuirão com a Educação Científica do professor e, conseqüentemente, a ampliação de suas práticas pedagógicas? O material educativo colabora com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade? Utiliza diferentes linguagens, contemplando a diversidade linguística (figuras, artigos científicos, quadrinhos, etc.).
(D) Conteúdo apresentado no material educativo	A forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento? O texto promove a leitura dinâmica, com informações técnicas na mesma proporção com o que é didático?
(E) Propostas didáticas apresentadas no material educativo	Propostas didáticas apresentadas no material educativo - As perguntas feitas são possíveis de serem respondidas? As perguntas suscitam reflexões? As atividades propostas contribuirão com a Educação Científica dos alunos? Está evidenciada nas questões a relações entre forma (elementos que compõem a linguagem, como balões, legendas, onomatopeias etc.) e conteúdo (o assunto apresentado pelo artista) nos quadrinhos? As atividades problematizam o conteúdo apresentado no material educativo? As atividades colaboram com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade? As atividades utilizam diferentes linguagens, contemplando a diversidade linguística (figuras, infográficos, textos científicos, textos jornalísticos, histórias em quadrinhos, charges, cartuns etc.)? Atividades são atrativas e estimulam a curiosidade e a aprendizagem do leitor? O leitor precisa ter algum conhecimento prévio para compreender o assunto abordado? Podem ser adaptadas para serem utilizadas por alunos do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos?
(F) Criticidade apresentada no material educativo -	Contempla atividades em que as atitudes e o posicionamento político e social são trabalhados? Propõe reflexão sobre a realidade do leitor, levando-o a questionar o modelo de sociedade vigente? Colabora com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade? Reforça a ideologia dominante da sociedade atual? Pode ser usado em processos de formação de professores? O material textual aborda aspectos históricos, políticos, culturais, sociais e ambientais?

Fonte: Leite (2020)

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Com base nos procedimentos metodológicos apresentados na seção anterior, foi aplicado um questionário junto a estudantes do 4º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus Farroupilha do IFRS, que dispunha de 17 perguntas, tanto de múltipla escolha quanto discursivas, subdivididas nas seguintes categorias: Perfil dos/as participantes; Expectativas em

relação ao curso; Acesso e rotinas de utilização da internet pelos estudantes; Conhecimentos prévios dos estudantes sobre Direito Cibernético; Demandas e desafios para o enfrentamento e prevenção de crimes cibernéticos no contexto do curso técnico em informática.

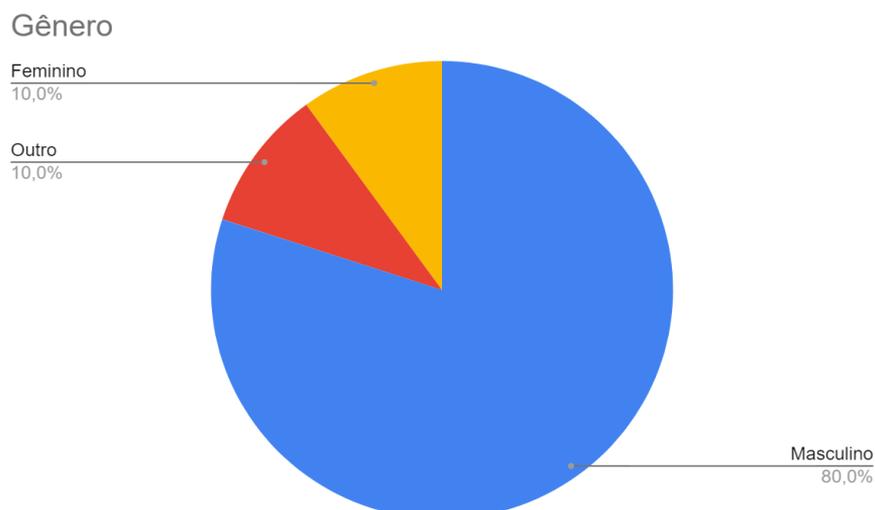
A seleção dos discentes considerou o curso e a faixa etária, com a idade mínima de 18 anos, a fim de facilitar a aplicação presencial dos questionários e priorizar estudantes que estivessem na fase final do curso. Esse critério visou incluir participantes já minimamente inseridos no ambiente profissional, possibilitando uma perspectiva mais concreta sobre as relações entre formação acadêmica e inserção no mundo de trabalho. Assim, em comum acordo com o docente da disciplina e demais atores envolvidos na organização, realizei a aplicação do questionário, solicitando a participação dos estudantes maiores de 18 anos presentes no dia. A escolha de 10 participantes para a pesquisa considerou a quantidade de voluntários convidados na turma. Além disso, o número se mostrou eficaz para servir de base para a pesquisa e para o desenvolvimento do produto educacional.

Após a coleta das informações, realizei a compilação das respostas, as quais serão analisadas a seguir.

4.1 Seção: Perfil dos participantes

Quanto à questão sobre o gênero, 8 respondentes declararam-se como gênero masculino, 1 do gênero feminino e 1 como outro.

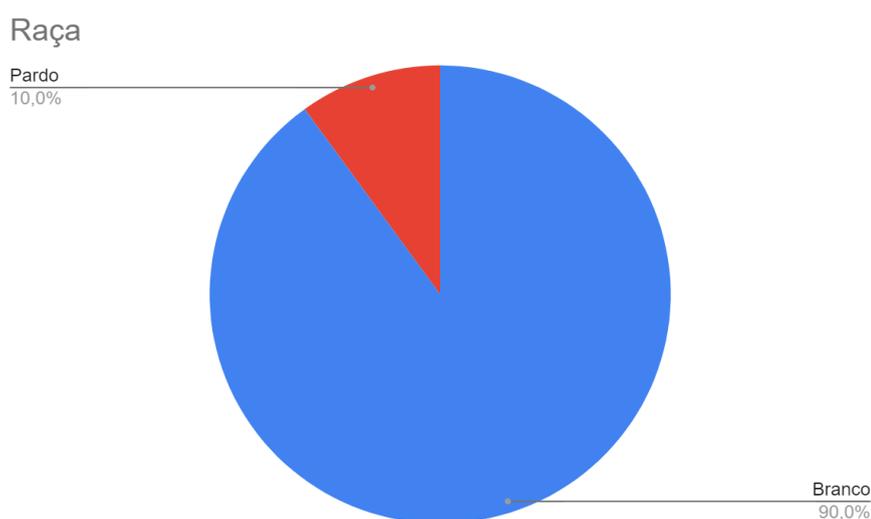
Figura 1: Gráfico - Perfil dos Participantes da pesquisa



Fonte: Produzido pela autora.

Quanto à Raça, apenas 1 respondente declarou-se pardo e os demais brancos. Já com relação às perguntas nº 3 e 4, todos afirmaram estar na faixa etária de 18 a 20 anos, e serem do 4º ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio Integrado ao Ensino Médio.

Figura 2: Gráfico - Raça dos Participantes da pesquisa



Fonte: Produzido pela autora.

Com relação ao perfil do curso, sendo composto majoritariamente por jovens que se identificam como do gênero masculino, autodeclarados brancos, vemos que é uma realidade visualizada em pesquisas, como a “Análise de Perfil dos Associados da Sociedade Brasileira de Computação: Um Recorte de Gênero” (Azevedo et al., 2019).

Essa realidade também é apontada nos estudos sobre a oferta de cursos de informática na rede federal de EPT:

A abertura do mercado para as mulheres desde a segunda metade do século XX (Souza-Lobo, 1991; Castells, 2018) e aqui, no Brasil, a expansão da rede de educação profissional dos últimos anos proporcionou mais acesso às mulheres para que estas se tornassem, mais facilmente, alunas de quaisquer cursos e profissionais de quaisquer áreas. Contudo, a ampliação de acesso não garantiu que as mulheres estivessem

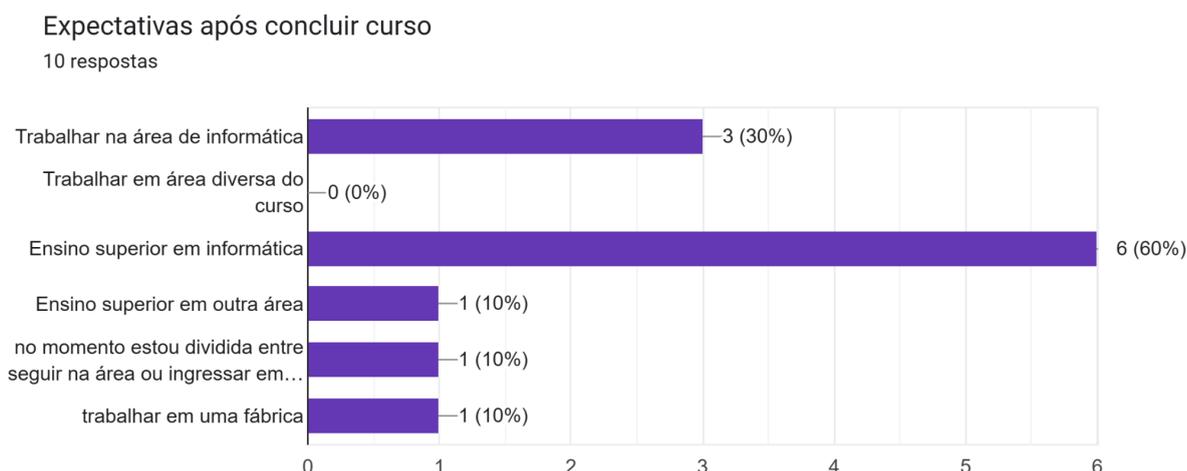
matriculadas na mesma proporção que os homens estão nos cursos das áreas de Indústria ou de Informática, por exemplo. No IFS, as jovens se fazem presentes na área de Informática e de Indústria conforme se pode ver na matrícula de 2018 do IFS, mas se comparada à matrícula de anos anteriores (Santos, 2013) constata-se que não houve significativo crescimento (Santos e Santos, 2020, p. 11).

Estas pesquisas apontam a composição dos cursos com maior proporção de pessoas que se identificam como do gênero masculino, e também enfatizam a importância de programas que promovam a inclusão de mulheres e meninas na TI no âmbito da EPT e no mundo do trabalho.

4.2 Seção: Expectativas em relação ao curso

A questão de número 5 tinha como enunciado “Quais suas expectativas após concluir o curso Técnico em Informática?” As respostas poderiam ser: Trabalhar na área de Informática; Trabalhar em área diversa do curso; Ingressar no ensino superior na área de informática; Ingressar no ensino superior em outra área; Outros. Explique.

Figura 3: Gráfico - Expectativas após conclusão do Curso



Fonte: Produzido pela autora.

As respostas sobre as expectativas após a conclusão do curso podem ser categorizadas em diferentes áreas, como mundo de trabalho, continuidade nos estudos e desenvolvimento pessoal. A análise qualitativa pode identificar temas

recorrentes, como a busca por estabilidade financeira ou a vontade de se especializar em áreas específicas da tecnologia. Isso pode ser correlacionado com a literatura sobre a importância da formação técnica e suas implicações na empregabilidade. Além disso, observando os dados produzidos desta pergunta, percebemos que a maioria dos discentes têm interesse em seguir no curso superior na mesma área de informática e 3 dos respondentes têm interesse em também trabalhar na mesma área.

Aqui podemos mencionar a verticalização do ensino, que é uma das premissas dos Institutos Federais que possibilitam aos estudantes tais percursos formativos que vão desde o curso técnico até a pós-graduação:

A vinculação estreita entre as ciências e a tecnologia, em diversas áreas, é capaz de gerar uma concepção da formação que se configure num programa ou ciclo inicial, tendo como base cada uma das áreas das ciências, configuração que pode trazer caráter de terminalidade, como bacharelado. A partir de então, seria possível ao educando o encaminhamento para licenciaturas (Biologia, Física, Matemática, Química e afins), graduações tecnológicas ou engenharias. Por sua vez, esse segundo momento estaria estabelecendo um elo mais estreito com os cursos de pós-graduação lato e stricto sensu. Vale ressaltar que esse modelo contribui para desfazer barreiras criadas em relação aos cursos superiores de tecnologia quando da sua vinculação à mera aplicação técnico-científica do conhecimento, em detrimento da ciência (Pacheco, 2010, p.27).

As respostas a esta questão motivaram a inserção de um item no produto educacional que aborda "Recomendações para trabalhadores da área de tecnologia da informação". A partir da escuta dos estudantes, ao incluirmos tal seção buscamos atender às demandas por formação inicial e continuada sobre direito cibernético e, especialmente, segurança na internet, divulgando conhecimentos para estudantes e profissionais da tecnologia da informação, foco do curso no qual o estudo foi desenvolvido.

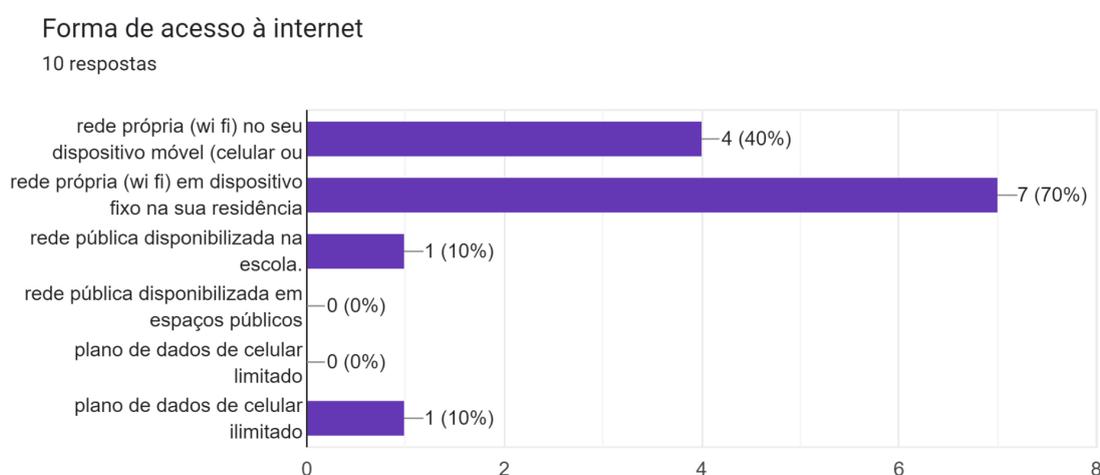
4.3 Seção: Acesso e rotinas de utilização da internet pelos estudantes

Esta seção foi pensada para contemplar questões que possam identificar quais os instrumentos utilizados pelos estudantes para acesso a internet, suas rotinas e formas de utilização, bem como de redes sociais, com o objetivo de, por

meio desta identificação prévia, poder mapear possíveis riscos e demandas envolvendo o uso da internet.

A primeira questão é “Qual a forma de acesso à internet que você utiliza com mais frequência?” No gráfico abaixo, podemos visualizar a porcentagem de respostas a cada item, sendo 7 dos estudantes que utilizam rede própria (wi-fi) em dispositivo fixo em sua residência.

Figura 4: Gráfico - Forma de Acesso à internet



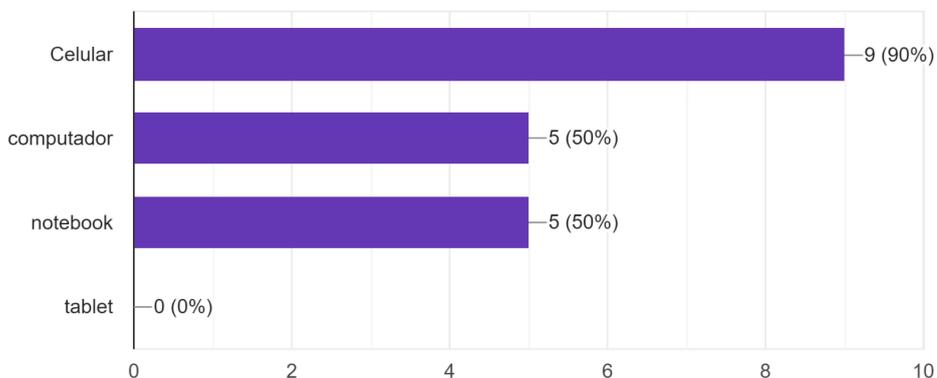
Fonte: Produzido pela autora.

Com relação ao segundo questionamento da seção, “Qual dos equipamentos abaixo você utiliza para acessar a internet?”, 9 dos respondentes demonstraram que utilizam o celular para acessar a internet, mas também observou-se que a maioria tem mais de um equipamento para realizá-lo.

Figura 5: Gráfico - Equipamentos para acesso à internet

Qual dos equipamentos abaixo você utiliza para acessar a internet?

10 respostas



Fonte: Produzido pela autora.

Com relação a este questionamento, podemos citar as atuais políticas governamentais vigentes na rede federal de EPT que visam a inclusão digital dos estudantes, como a Lei nº 14.914, de 2024, que Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):

[...]Art. 5º O Programa de Assistência Estudantil (PAE) destina-se a estudantes matriculados em cursos presenciais das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.

§ 1º. As ações de assistência estudantil do PAE serão desenvolvidas mediante a concessão de benefício direto ao estudante assistido pelo programa e direcionadas a:

[...]V - Inclusão digital;[...] (Brasil, 2024)

Além disso, no âmbito das políticas institucionais do IFRS, está em vigor atualmente o auxílio à inclusão digital, programa que disponibiliza valor financeiro para a aquisição de plano de internet e/ou aquisição de equipamento (IFRS, 2024).

Sobre a quantidade de horas por dia para acesso a internet, os estudantes mostraram-se divididos, sendo que 55,6% responderam que podem acessar a internet por mais de 6 horas e 44,4% responderam que tem de 2 a 4 horas disponíveis para acessar.

Figura 6: Gráfico - Tempo por dia para acesso

Quanto tempo por dia você tem disponível para acesso

9 respostas

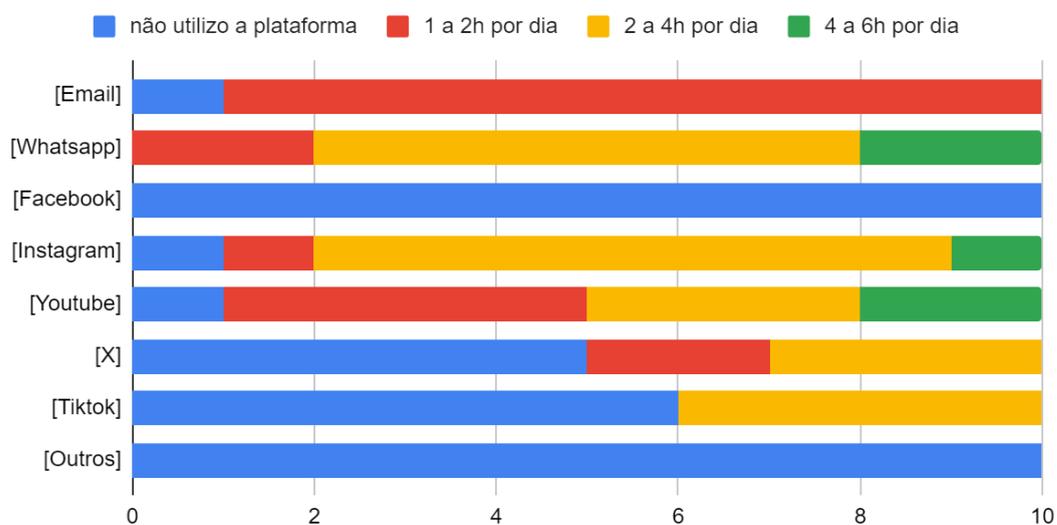


Fonte: Produzido pela autora.

A questão seguinte, que trata das plataformas de acesso X frequência de utilização, informa-nos que há algumas plataformas mais usadas pelos estudantes, como o Instagram, Whatsapp e Youtube, e outras menos, como o Facebook, que não foi marcado por nenhum estudante.

Figura 7: Gráfico - Plataformas e frequência de acesso

Marque as plataformas abaixo indicando a frequência de utilização numa escala de 0 a 5:

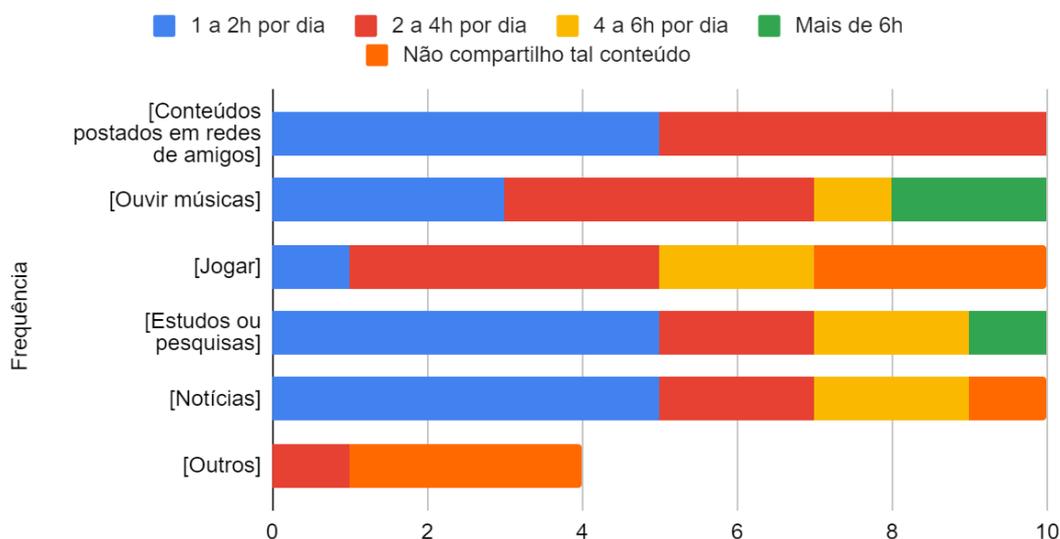


Fonte: Produzido pela autora.

A próxima questão, de número 10, tem como enunciado: “Com relação a conteúdos disponibilizados na internet você costuma acessar com mais frequências em plataformas na internet:” e também é dividida em escalas, as quais vão de 1 a 2 horas/dia de frequência de utilização a não compartilho tal conteúdo. Os resultados podem ser conferidos no gráfico a seguir:

Figura 8: Gráfico - Conteúdos acessados com frequência na internet

Com relação a conteúdos disponibilizados na internet você costuma acessar com mais frequências em plataformas na internet

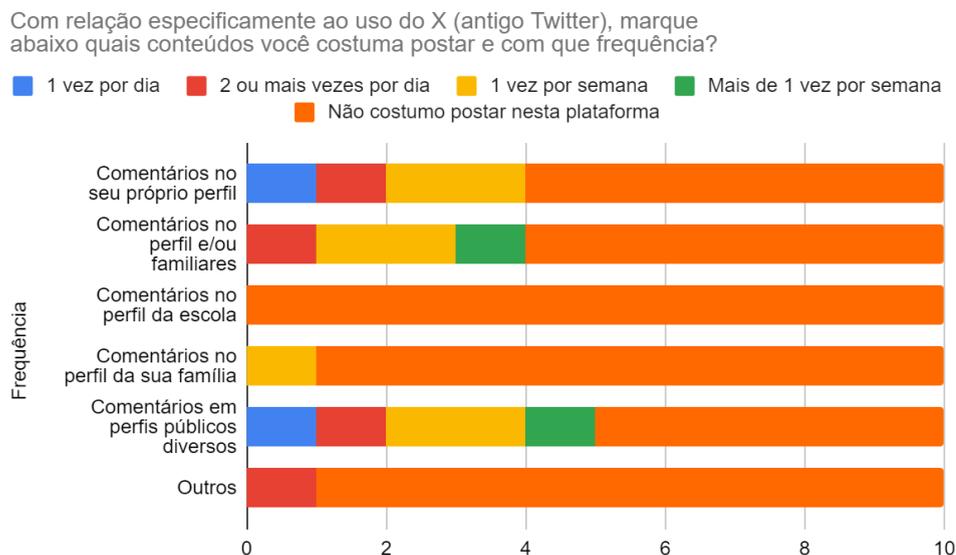


Fonte: Produzido pela autora.

Interessante observar que as respostas a esta questão foram bem diversificadas, o que demonstra a constante utilização da internet pelos estudantes. Na alternativa “outros”, um dos respondentes escreveu “‘Memes’ - vídeos ou até imagens no instagram que tem o intuito de divertir o usuário”, contemplando item que não foi abrangido pelas opções da questão.

A penúltima questão, que em seu enunciado traz “Com relação especificamente ao uso do X (antigo Twitter), marque abaixo quais conteúdos você costuma postar e com que frequência?”, trouxe como respostas:

Figura 9: Gráfico - Uso do X (antigo Twitter) e frequência



Fonte: Produzido pela autora.

Com relação a este item, é possível observar que o X (antigo Twitter) não é uma das plataformas mais utilizadas pelos discentes, corroborando com a resposta da pergunta de número 9, na qual a plataforma não aparece com tanta frequência.

4.3 Seção 4: Conhecimentos prévios dos estudantes sobre Crimes Cibernéticos, em particular, a partir do uso do X (antigo twitter)

Nesta seção, construímos perguntas com o objetivo de identificar quais conhecimentos os estudantes possuem sobre Direito Cibernético, em especial com enfoque no X (antigo twitter). Na primeira questão, que é discursiva, trazemos o seguinte enunciado “*Escreva, de forma breve, o que você entende por crime cibernético? Se possível, poderias exemplificar?*”. Entre os dez participantes, obtivemos as seguintes respostas:

Estudante 1: *Crimes cibernéticos são crimes realizados por meio de redes sociais com o intuito de roubar dados, ameaçar pessoas, derrubar contas pessoais e denegrir a imagem de outros usuários.*

Estudante 2: *É um crime que se comete da internet, que pode variar de discurso de ódio até divulgação de conteúdo impróprio/criminalizador. Por exemplo, opiniões antisemitas e divulgação de fake news que*

acontecem todos os dias sobre governos e países, como o caso da Palestina e Brasil. Dentre vários perfis, vejo o Direitista na net.

Estudante 3: *Seriam forma de discriminação online, sejam elas raciais, sociais, étnicas, políticas ou uma forma de tentar influenciar certos atos da sociedade. um bom exemplo disso são as chamadas fake news.*

Estudante 4: *Resumidamente é difamar, ameaçar, roubar dados, mentir, propagar ódio e expor outras pessoas ou grupos sociais. Roubar dados e usar chantagem também se incluem em crime cibernético.*

Estudante 5: *qualquer postagem, comentário ou reação que seja considerado errado, como bullying ou comentários maldosos com intuito de ofender uma raça/etnia ou uma pessoa específica.*

Estudante 6: *Utilizar dos meios de internet para cometer crimes, por exemplo: roubar dados de outras pessoas, se passar por outras pessoas, discurso de ódio.*

Estudante 7: *Discursos de ódio ou postagem/uso das redes sociais e outras tecnologias para atacar, desumanizar e organizar grupos contra minorias*

Estudante 8: *Entendo por crime cibernético qualquer crime cometido através da internet, seja cyberbullying, estelionato e fraudes em geral*

Estudante 9: *Acredito que o cyberbullying se encaixa no quesito de crime cibernético*

As respostas dos estudantes mostram que eles têm uma noção básica do que são crimes cibernéticos, relacionando esses crimes principalmente ao que vivenciam no dia a dia online. Eles mencionam, por exemplo, o roubo de dados, ameaças e o discurso de ódio, indicando que entendem esses problemas como reais e presentes no ambiente digital, especialmente nas redes sociais. Muitos reconhecem que o cyberbullying e as fake news são exemplos comuns de crimes cibernéticos, o que demonstra uma preocupação com o impacto que essas práticas podem ter nas pessoas.

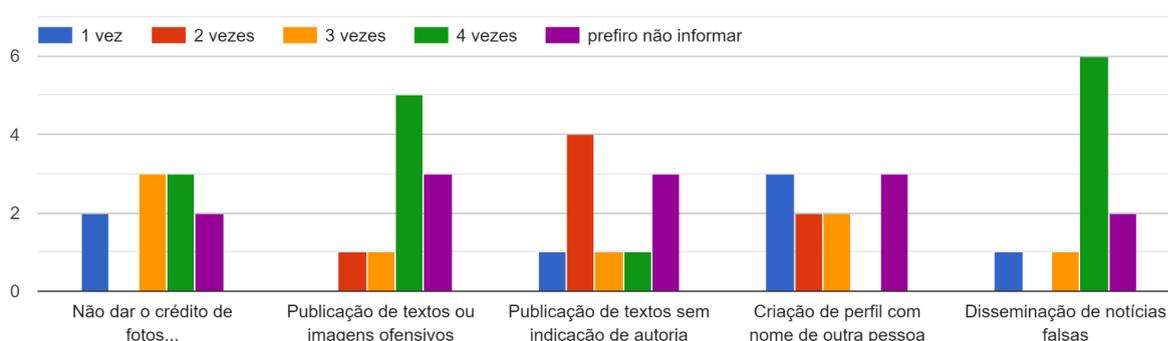
No entanto, as respostas mostram que os estudantes ainda têm uma visão limitada sobre o tema. Eles entendem os crimes cibernéticos principalmente a partir de exemplos práticos e imediatos, mas falta um entendimento mais profundo sobre como esses crimes são tratados na lei e quais são as suas implicações legais. Isso mostra a importância de incluir mais conteúdo sobre Direito Cibernético no currículo, para que eles possam ter uma visão mais completa e estejam melhor preparados

para lidar com os desafios do mundo digital.

A questão seguinte, de número 13, tem uma escala de 1 a 4, e traz o enunciado que questiona com que frequência o respondente observou a conduta nas redes sociais, em particular no X:

Figura 10: Gráfico - Frequência de observação de conduta nas redes sociais

Em escala de 01 a 04, assinale com que frequência você observou a conduta nas redes sociais, em particular, no X (antigo twitter)?



Fonte: Produzido pela autora.

A questão 14 solicitou aos discentes se eles já ouviram falar sobre discurso de ódio. Das 10 respostas, 9 responderam que já ouviram falar e 1 que nunca ouviu falar, demonstrando que as condutas são frequentes nos meios frequentados pelos estudantes.

4.4 Seção 5: Demandas e desafios para o enfrentamento e prevenção de crimes cibernéticos no contexto do curso técnico em informática

Objetivamos nesta última seção identificar quais demandas os discentes apresentam para o tema do projeto e que desafios identificam nesta trajetória.

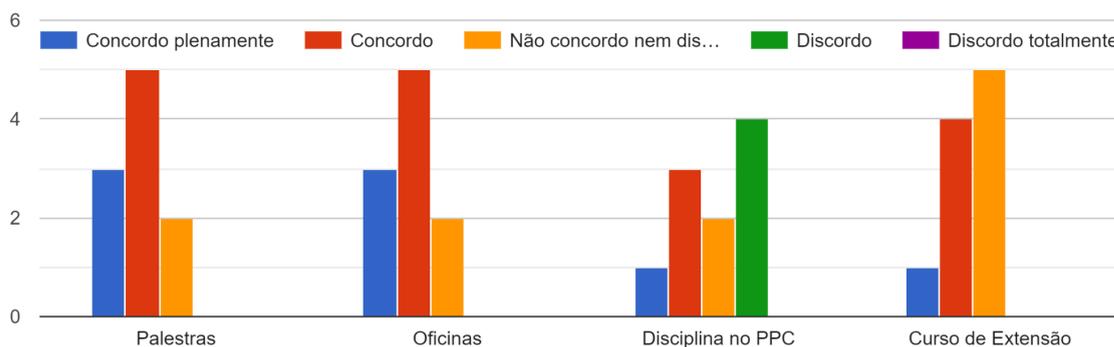
A primeira questão, de número 15, teve como enunciado: “Na sua opinião, os crimes cibernéticos ocorrem com mais frequência em qual das plataformas abaixo?” Dos 10 respondentes, 9 respostas tiveram o X como alternativa, 1 como Instagram e 1 como Tiktok.

A questão seguinte da seção 5 trata sobre a opinião dos discentes sobre a

adoção de estratégias para enfrentamento e combate ao crime cibernético. As respostas foram as seguintes:

Figura 11: Gráfico - Opinião sobre estratégias para enfrentamento e combate ao crime cibernético

Enquanto estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, qual a sua opinião sobre a adoção das seguintes estratégias pa...e cibernético, em especial, no X (antigo twitter)?



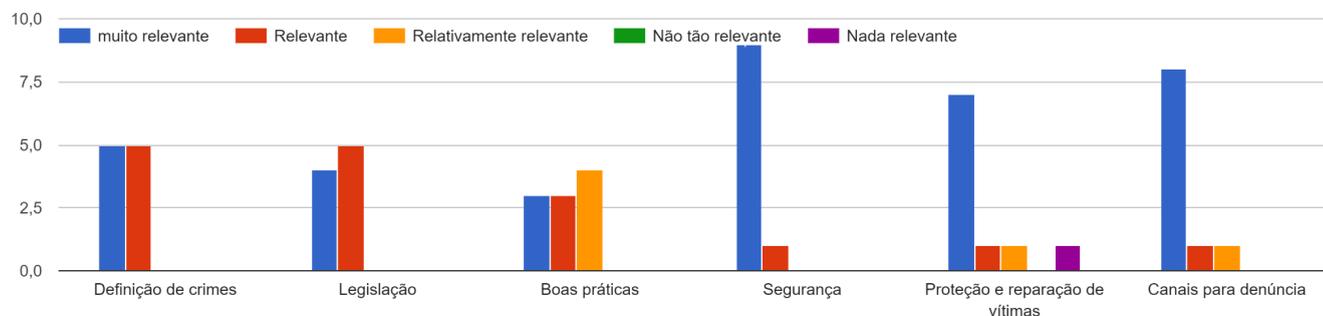
Fonte: Produzido pela autora.

Percebe-se das respostas que inserir a disciplina no PPC do Curso foi a opção que menos os estudantes escolheram, em contraponto à realização de palestras e oficinas, por exemplo, que tiveram uma maior adesão. A menor adesão pode ser atribuída ao fato destes estudantes estarem no último ano do seu curso, o que mostra que uma possível inserção de disciplina nova não os beneficiaria, individualmente. Além disso, palestras e oficinas poderiam propiciar que eles, mesmo formados, participassem, podendo assim acrescentar estes novos conhecimentos em sua carreira acadêmica e profissional.

A última questão, a qual encerra o questionário, tem como enunciado “Enquanto estudante, quais conteúdos ou temas você sugere para serem abordados no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio visando contribuir para o enfrentamento e combate aos crimes cibernéticos, em especial, no X (antigo twitter)? Podemos sintetizar as respostas com o seguinte gráfico:

Figura 12: Gráfico - Sugestão de conteúdos ou temas sobre crimes cibernéticos

Enquanto estudante, quais conteúdos ou temas você sugere para serem abordados no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio visando contribuir para o enfrentamento e combate aos crimes cibernéticos, em especial, no X (antigo twitter)?



Fonte: Produzido pela autora.

Por fim, vemos nesta questão que os estudantes assinalaram como muito relevante quase todos os itens, mostrando maior interesse nos temas de segurança na internet, proteção e reparação de vítimas e canais para denúncia. Estes itens foram inseridos no produto educacional, que será melhor aprofundado no próximo capítulo.

Concluo minha análise da aplicação destes questionários de forma muito satisfatória, foi muito importante para a pesquisa a escuta dos discentes, pois eles trouxeram elementos que propiciaram um entendimento sobre o tema de forma mais humana e real, aproximando a pesquisa do seu público alvo.

Evidencia-se por meio da análise dos dados produzidos não apenas as expectativas e desafios enfrentados pelos estudantes do Curso Técnico em Informática, mas também a importância de uma formação que transcenda o mero domínio técnico. Os resultados indicam uma forte demanda por conteúdos que abordem a segurança na internet e a proteção de vítimas de crimes cibernéticos, evidenciando a necessidade de uma educação que promova a formação humana integral. Conforme a Constituição Federal e a LDBEN, a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Segundo Saviani (2022, p. 6), “[...]a organização curricular dos vários níveis e modalidades de ensino no âmbito dos vários níveis da escola unitária deverá

tomar como referência a forma de organização da sociedade atual, assegurando sua plena compreensão por parte de todos os educandos.” Desta forma, considerando que a sociedade atual está intrinsecamente vinculada com os meios digitais, é imprescindível que este conteúdo faça parte da escola, ainda mais em se considerando o currículo integrado dos Institutos Federais. Saviani traz, na sequência que: “Assim, além de tornar acessíveis os computadores pela disseminação dos aparelhos e em vez de lançar a educação na esfera dos cursos a distância de forma açodada, é preciso garantir não apenas o domínio técnico-operativo dessas tecnologias, mas a compreensão dos princípios científicos e dos processos que as tornaram possíveis.”

Fica claro, portanto, que a abordagem deve incluir não apenas a capacitação técnica, mas também o desenvolvimento de competências éticas e sociais, preparando os alunos para atuarem de maneira responsável e consciente em um mundo digital cada vez mais complexo, garantindo assim a formação humana integral.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional é um processo ou produto educativo, condição necessária e obrigatória para aprovação do estudante no Mestrado Profissional, e que, na área de Ensino da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), deve ter condições de ser aplicado em espaços regulares de ensino ou em espaços não formais. Por consequência, a dissertação deverá ser um estudo sobre a elaboração e aplicação deste material, com base no referencial teórico definido (Brasil, 2019a). Também, entende-se que o produto precisa responder ao problema de pesquisa do projeto por meio de três eixos, que conforme Kaplún (2003) são essenciais para a análise e construção de mensagens educativas: conceitual, pedagógico e comunicacional.

O eixo conceitual está vinculado aos conhecimentos dispostos no produto, sendo que para tanto são necessárias duas pesquisas, temática e diagnóstica (Freitas, 2021, p. 13). Em resumo, a pesquisa temática seria para a compreensão dos conteúdos a serem abordados no material, o que é fundamental para selecionar as ideias que serão trabalhadas. A diagnóstica funcionaria para conhecer os sujeitos a que se destinam o produto, quais suas necessidades e para que o utilizariam. Já o eixo pedagógico está relacionado à metodologia que seria escolhida para o material e como os conteúdos seriam organizados e os recursos pedagógicos utilizados. Por fim, o eixo comunicacional está relacionado à forma que o produto irá se apresentar, “a metáfora adequada para comunicar o eixo conceitual e o eixo pedagógico”.

Sendo assim, aliando os conceitos definidos por Kaplún e pela CAPES, **o produto educacional foi elaborado no formato de um *padlet*** com o objetivo trabalhar o conceito de Direito Cibernético e segurança na internet e na rede social X (Antigo Twitter), cujas demandas de conteúdo foram retiradas das análises feitas dos questionários realizados com discentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Desta forma, o eixo conceitual trabalhou estes conteúdos, cujas especificidades foram determinadas pelos sujeitos destinatários deste material, corroborando com a pesquisa diagnóstica do projeto.

O eixo pedagógico contou com recursos acessíveis aos estudantes, que estarão disponíveis no produto educacional, a qual buscou a união entre os conteúdos estudados para a elaboração da dissertação e do produto e também dos conhecimentos prévios dos sujeitos da pesquisa a respeito do tema.

Na próxima seção, apresento a descrição do produto educacional produzido no formato de um repositório digital aberto elaborado através da ferramenta Padlet, o qual será disponibilizado de forma pública e gratuita na internet.

5.1 O Padlet

O *padlet* é uma plataforma online que permite a criação de murais com informações. Segundo o endereço eletrônico Olhar Digital (2022), “o sistema permite criar quadros virtuais, seja para organizar uma rotina de trabalho ou de estudo, por exemplo.” Além disso, “a ferramenta também se diferencia pela oferta de uma série de outros layouts além dos murais e quadros, como a possibilidade de exibir conteúdos dispostos em listas no lugar dos cards, por exemplo.”

Escolhi a ferramenta em razão da facilidade de utilização, por ser intuitiva, e por entender que uma plataforma digital e interativa traria mais aproximação dos jovens para utilização do que uma cartilha, como previsto inicialmente no projeto de qualificação. Além disso, o conteúdo disponível na internet de cartilhas e guias sobre os temas trabalhados já era bastante extenso e rico, portanto seria contraproducente não inseri-los diretamente no produto educacional.

O *padlet* desta pesquisa pode ser encontrado em: <https://padlet.com/anacamilapiaia/voc-quer-saber-um-pouco-sobre-direito-cibern-tico-8d95ygb6o4oygown> e quanto à estrutura, foi organizado em sete (7) seções, conforme figuras abaixo:

Figura 13: Página introdutória do Padlet

Você quer saber um pouco sobre Direito Cibernético?

Olá, pessoal! Você sabe o que é Direito Cibernético? Qual a importância de tais conhecimentos tanto para a sua vida pessoal quanto para a atuação profissional, em especial, na área de informática? Pensando nessas questões, organizamos este repositório, de acesso público e gratuito, no qual compartilhamos conhecimentos e dicas sobre Direito Cibernético. Tais dados foram produzidos a partir de pesquisa realizada com estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio no decorrer do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo IFRS. Acesse, compartilhe e deixe suas sugestões.

Apresentação

O que é crime cibernético?

Você sabe que cuidados precisa ter para navegar na internet?

Você sabe o que é um crime cibernético?

Nesta seção você encontrará a definição de crime cibernético e a legislação brasileira que já existe sobre o tema.

O que é crime cibernético?

- Em sentido amplo, é todo aquele crime que ocorre no computador ou outro equipamento digital, como por exemplo a invasão de computador e divulgação de imagens de terceiros.
- Em sentido estrito, é o crime que ocorre em meio

A internet é uma terra sem lei?

Não, a internet não é uma terra sem lei, tudo que ocorre em meio digital está sujeito às leis brasileiras. Por exemplo, se alguém divulga imagens de uma pessoa sem autorização, sofrerá as consequências da lei. Se essas imagens forem íntimas, por exemplo, a pessoa poderá ser enquadrada no artigo 218-C, do Código Penal, que você pode consultar aqui https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/dele2848compilado.htm

Por isso, precisamos tomar muito cuidado com nossas atividades online, tanto para não cometermos nenhum crime quanto para nos protegermos de eventuais perigos. Confira abaixo alguns guias e cartilhas para você aprender mais sobre segurança na internet e quais as consequências do uso inadequado das redes.

Fonte: Produzido pela autora

Figura 14: Seções 1, 2 e 3

Apresentação

Informações sobre este produto educacional

Este padlet foi criado com o objetivo ser um repositório dos materiais disponíveis na internet sobre Direito Cibernético, com base em pesquisa realizada no Mestrado PROFEPT, na linha de pesquisa Práticas Educativas em EPT. A ideia deste produto surgiu da pesquisa realizada com discentes do Curso Técnico em Informática, do IFRS Campus Farroupilha, sobre o uso da internet e de redes sociais, em especial do X (antigo twitter). A partir dos dados coletados nos questionários, observamos a necessidade de falar sobre os crimes cibernéticos, cuidados com o uso da internet, como denunciar um conduta imprópria, entre outros temas que você poderá acessar nos próximos itens. [Saiba mais sobre a pesquisa de mestrado.](#)

Sobre as autoras

Mestranda: Ana Camila Piaia
Contato: anacamila.piaia@gmail.com

Orientadora: Lilliane Madruga Prestes
Contato: lilliane.prestes@poa.ifrs.edu.br

Co-orientadora: Michelle Camara Pizzato
Contato: michelle.pizzato@poa.ifrs.edu.br

O que é crime cibernético?

Você sabe o que é um crime cibernético?

Nesta seção você encontrará a definição de crime cibernético e a legislação brasileira que já existe sobre o tema.

O que é crime cibernético?

- Em sentido amplo, é todo aquele crime que ocorre no computador ou outro equipamento digital, como por exemplo a invasão de computador e divulgação de imagens de terceiros.
- Em sentido estrito, é o crime que ocorre em meio digital, como o furto que ocorre por "hacker", quando invade a conta bancária de uma pessoa e retira o seu dinheiro.

A internet é uma terra sem lei?

Não, a internet não é uma terra sem lei, tudo que ocorre em meio digital está sujeito às leis brasileiras. Por exemplo, se alguém divulga imagens de uma pessoa sem autorização, sofrerá as consequências da lei. Se essas imagens forem íntimas, por exemplo, a pessoa poderá ser enquadrada no artigo 218-C, do Código Penal, que você pode consultar aqui https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/dele2848compilado.htm

Por isso, precisamos tomar muito cuidado com nossas atividades online, tanto para não cometermos nenhum crime quanto para nos protegermos de eventuais perigos. Confira abaixo alguns guias e cartilhas para você aprender mais sobre segurança na internet e quais as consequências do uso inadequado das redes.

Como navegar na internet com segurança?

Fonte: Produzido pela autora

Figura 15: Seções 3, 4 e 5

Você sabe que cuidados precisa ter para navegar na internet?

A internet é uma terra sem lei?
 Não, a internet não é uma terra sem lei, tudo que ocorre em meio digital está sujeito às leis brasileiras. Por exemplo, se alguém divulga imagens de uma pessoa sem autorização, sofrerá as consequências da lei. Se essas imagens forem íntimas, por exemplo, a pessoa poderá ser enquadrada no artigo 218-C, do Código Penal, que você pode consultar aqui https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
 Por isso, precisamos tomar muito cuidado com nossas atividades online, tanto para não cometermos nenhum crime quanto para nos protegermos de eventuais perigos.
 Confira abaixo alguns guias e cartilhas para você aprender mais sobre segurança na internet e quais as consequências do uso inadequado das redes.

Como navegar na internet com segurança?

Denúncias de crimes cibernéticos

Se você precisar denunciar um crime na internet...
 Esperamos que suas experiências online sejam sempre divertidas, educativas e seguras, mas caso você precise de ajuda sobre algum assunto mais sério, nesta seção compartilhamos algumas dicas sobre como agir.

Recomendações para trabalhadores da área de tecnologia da informação

Enquanto estudante de curso técnico de nível médio na área de informática ou tecnologia da informação e futuro profissional da área, você sabe quais suas responsabilidades diante de um crime cibernético?
 Nesta seção, compartilhamos informações importantes para a sua atuação, tanto na esfera privada quanto pública, enquanto profissional da área de TI.

Informe de Política para a Nossa Agenda Comum: Integridade da Informação nas Plataformas Digitais
 OUTUBRO DE 2023
 PDF
 ONU Integridade Informacao Plataformas Digitais Informe-Secretario-Geral 2023

Safernet
 new.safernet.org.br
 Denuncie

- A Safernet Brasil conta com um canal para denúncias de crimes e violações contra os

Ana Camila Piaia 23d
 Referência: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Integridade da Informação nas Plataformas Digitais.

Fonte: Produzido pela autora

Figura 16: Seções 6 e 7

Sobre o IFRS

Você sabia que o IFRS oferece cursos de educação profissional e tecnológica na área de informática?

INGRESSO
 ingresso.ifrs.edu.br

Processo Seletivo IFRS 2024/2 - Cursos Técnicos e Cursos de Graduação. Todos gratuitos.

Tais cursos são ofertados de forma pública e gratuita. Para saber mais sobre tal oferta e formas de ingresso, [clique no site do IFRS](#)

Sugestões

Você está interessado em obter mais dicas e/ou tem sugestões de conteúdo para compartilharmos? Em caso afirmativo entre em contato:

anacamila.piaia@gmail.com

Fonte: Produzido pela autora

As seções foram pensadas para que estejam de acordo com as seções já trabalhadas nos questionários, as quais atendem a seguinte organização:

- Seção 1: Apresentação do produto educacional e da pesquisa, a qual contém informações sobre o objetivo da pesquisa, as autoras do produto, informações sobre o mestrado ProfEPT e o parecer do Comitê de Ética do IFRS. Além disso, foi inserido um vídeo de apresentação do Produto, o qual possui tradução em libras;
- Seção 2: Intitulada “*o que é crime cibernético*”, traz conteúdo sobre os conceitos de crime cibernético e links de materiais que permitem tanto acompanhar as estatísticas das denúncias de crimes pelo mundo quanto outros materiais específicos sobre Direito cibernético;
- Seção 3: Na seção “*Você sabe que cuidados precisa ter para navegar na internet?*” trazemos uma conversa inicial sobre a internet não ser uma “terra sem lei”, acompanhado de dois guias sobre segurança na internet, que conceituam diversas práticas ocorridas no meio digital e cuidados pessoais que os usuários precisam ter;
- Seção 4: A quarta seção traz em seu título “*Denúncias de crimes cibernéticos*”, que permite aos leitores ter acesso a plataformas institucionais que permitem a realização da representação contra crimes na internet;
- Seção 5: Nesta seção, “*Recomendações para trabalhadores da área de tecnologia da informação*”, compartilhamos informações para aqueles leitores que desejam seguir trabalhando na área de informática, possibilitando que os mesmos consigam desenvolver competências fundamentais quando da execução da atividade profissional;
- Seção 6: Na penúltima seção intitulada “*Sobre o IFRS*”, trazemos o *link* da página do IFRS sobre oferta de cursos públicos e gratuitos;
- Seção 7: A última seção é destinada à disponibilização de meu contato caso algum interessado queira se aprofundar no tema ou incluir sugestões de conteúdo para compartilhamento.

Após elaborado o produto educacional, realizei a avaliação com egressos do curso Técnico em Informática, a qual seria descrita na próxima seção.

5.2 Avaliação do Produto Educacional

Para a avaliação do *padlet*, determinamos como público da pesquisa os egressos do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do Campus Farroupilha do IFRS. Este público foi escolhido por ter cursado Informática na mesma instituição onde foi realizada a pesquisa inicial, e por já estarem ativos no mundo do trabalho poderiam acrescentar muito para o produto em si.

Desta forma, foram enviados por email para as últimas 3 turmas de egressos do curso os questionários, elaborados no *GoogleForms*, nos quais já continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após duas semanas, coletamos 06 respostas, sendo que tínhamos definido como 05 o universo total.

As perguntas foram divididas em 09, as quais continham os seguintes enunciados:

- Escreva um pouco sobre você (idade, gênero, raça/etnia e escolaridade, atividade que realiza, etc.);

As próximas questões continham as alternativas: Sim, atende; Atende parcialmente; Não atende.

Seção 1: Questões relacionadas à apresentação estética e acessibilidade do Produto Educacional

a) O produto educacional contém introdução e especifica para qual público se destina?

Dos 06 respondentes, 5 assinalaram que atende e 1 assinalou que atende parcialmente.

b) Quanto às cores e formas utilizadas, o material apresentado é atrativo ao/a leitor/a?

Dos 06 respondentes, 5 assinalaram que atende e 1 assinalou que atende parcialmente.

c) Quanto a letra (tipo, cores e formato) e formatação do texto possibilita a acessibilidade para o/a leitor/a?

Todos os respondentes assinalaram que atende o critério.

d) O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o/a leitor/a?

Todos os respondentes assinalaram que atende o critério.

Seção 2: Questões referentes ao conteúdo do Produto Educacional

a) O texto apresentado facilita a compreensão dos conceitos pelo/a leitor/a apontando subsídios e promovendo o respeito à diversidade (por exemplo, usa a flexão de gênero)?

Todos os respondentes assinalaram que atende o critério.

b) O texto promove a leitura dinâmica, com informações técnicas na mesma proporção com o que é didático?

Nesta questão, 50% dos alunos assinalaram que atende e a outra metade que atende parcialmente.

Seção 3: Questão referente à relevância e impacto social do produto educacional

a) O produto educacional tem potencial para contribuir para o debate sobre Direito Cibernético, segurança na internet, uso consciente das redes sociais, acesso à informação e cidadania?

Nesta última questão de múltipla escolha todos os respondentes assinalaram que atende.

- *Espaço reservado para críticas e/ou sugestões para o aprimoramento do produto educacional.*

Nesta última questão, apenas dois egressos responderam o seguinte:

Egresso 1: *Eu gostei da forma em que o tema foi trabalhado mas a grande presença de links pode ser um pouco além do necessário, no caso, colocando mais texto no Padlet para substituir um pouco os*

links (aqui me refiro à parte de Cuidados na internet) pode trazer um equilíbrio. Acredito que ficar flutuando entre páginas pode acabar quebrando o foco/interesse do leitor.

Egresso 2: *Nenhuma crítica. Gostei muito da ideia. Achei bem dinâmico e informativo. Consegue informar sem tornar isso algo chato ou maçante.*

Com relação à resposta do Estudante 1, após a leitura da avaliação realizamos uma adaptação na Seção dos Cuidados na Internet, para inserir mais conteúdo escrito antes dos links, para que torne a experiência mais agradável para o leitor.

Após a análise das avaliações, concluímos que o produto educacional foi bem recebido pelos usuários e as sugestões de melhoria acrescentaram muito para o desenvolvimento do produto.

Além disso, cabe mencionar a importância do produto, tanto em seu conteúdo quanto em sua forma, para a compreensão e divulgação dos conhecimentos obtidos durante esta pesquisa. Conforme descrito com mais detalhes anteriormente, o estudo do Direito Cibernético, com enfoque nos crimes ocorridos no meio digital, é muito relevante para todas as pessoas, e mais ainda para aquelas que estão no meio informático, como os estudantes e futuros profissionais de Tecnologia da Informação. Desta forma, a construção deste guia vem ao encontro dessa necessidade, desta lacuna na instrução destes adolescentes, reconhecida nas respostas aos questionários aplicados na pesquisa de campo. Com isso, o produto educacional vem tornar a aplicação destes conhecimentos mais didática e interativa, possibilitando uma leitura simples mas cheia de conceitos importantes para a vida profissional e em sociedade.

Também cabe mencionar que o formato escolhido, de *padlet*, mostrou-se uma alternativa dinâmica e contemporânea, a despeito da escolha inicial de se criar uma cartilha. Este formato vem para corroborar a própria pesquisa, realizada para compreensão do fenômeno ocorrido no meio digital, e não poderia ser mais adequada. A este respeito, Públio Junior (2019, p.06) comenta que:

É interessante comentar que com o progresso acelerado das novas tecnologias, a prática tradicional dos professores se tornou

ultrapassada, havendo necessidade de estratégias e ferramentas para que os alunos possam aprender e gerar novos e melhores conhecimentos. Devido aos avanços tecnológicos em telecomunicações e informática, as universidades deixaram de ter o monopólio do conhecimento, uma vez que o aluno tem mais acesso às informações fora da sala de aula do que dentro.

Por isso, considerando que os adolescentes de hoje já estão inteirados das tecnologias e já as usam desde que nasceram, a criação do produto educacional nesta plataforma, que é exclusivamente virtual e possibilita a navegação dinâmica pelos títulos, faz com que os leitores possam interagir com a ferramenta de forma menos massante e a torna os conteúdos mais atraentes para o público que acessa.

Por fim, este produto vem para aplicar os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, fornecendo conhecimentos éticos para a preparação destes jovens para o mundo do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, constatamos uma ampla e relevante base teórica construída, voltada para o universo da Educação Profissional e Tecnológica. O estudo percorreu temas como Direito Cibernético, Educação, Redes Sociais e Juventude, analisando também mudanças sociais ocorridas durante o período de investigação, incluindo eventos significativos como a suspensão do X no Brasil, que influenciaram tanto o contexto global quanto o desenvolvimento da própria pesquisa.

Além disso, observamos a adaptação do mundo à Inteligência Artificial, tema este que se mostra como uma porta aberta para futuras pesquisas, visto se tratar de algo muito impactante na sociedade atualmente e que veio para mudar a forma como lidamos com o mundo digital.

Nesta pesquisa, nosso objetivo principal foi identificar o que os discentes do IFRS Campus Farroupilha entendem por Direito Cibernético e que estratégias sugerem para que o tema fosse trabalhado no currículo de seu curso e na escola. Já os objetivos específicos foram: ampliar os estudos sobre direito cibernético, em especial, a partir da análise das atuais políticas vigentes no contexto brasileiro, enfocando como tal temática tem sido abordada no contexto da EPT, em especial, no curso Técnico em Informática integrada ao Ensino Médio ofertado pelo campus Farroupilha do IFRS; mapear os conhecimentos prévios de estudantes e docentes da EPT sobre direito cibernético produzindo subsídios para o aprimoramento das práticas educativas; desenvolver um produto educacional pautada na escuta de demandas e mapeamento de conhecimentos prévios de estudantes sobre direito cibernético contribuindo para o aprimoramento das práticas educativas visando à formação humana integral no contexto da EPT.

Para a execução destes objetivos, utilizamos como metodologia uma abordagem qualitativa, visando aprofundar a compreensão das demandas pessoais e profissionais dos discentes e egressos do Curso Técnico em Informática em relação ao Direito Cibernético. A pesquisa foi exploratória e utilizou procedimentos metodológicos que incluíram pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica consistiu na revisão de literatura e análise de dissertações sobre o tema, enquanto a pesquisa documental envolveu a análise do Projeto Pedagógico do curso e mapeamento da legislação pertinente. A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de questionários a dois grupos: discentes e

egressos, com o objetivo de coletar dados sobre suas percepções e conhecimentos sobre crimes cibernéticos e suas implicações no contexto educacional e profissional.

A respeito da fundamentação teórica da pesquisa, ela foi dividida em capítulos que abordavam Direito Cibernético, Educação Profissional e Tecnológica, Tecnologia e Ensino, Redes Sociais e suas Implicações e Crimes Cibernéticos e Prevenção, os quais trabalharam as intersecções entre o Direito, à educação e a tecnologia, com foco nas práticas educativas e na segurança na internet. A estrutura da fundamentação, a qual foi construída ao longo destes meses de pesquisa, mostrou-se um suporte valioso para a elaboração dos questionários na pesquisa de campo e posterior elaboração do produto educacional, requisito para os Mestrados Profissionais no Brasil. Objetivamos nesta construção teórica a criação de uma base para a compreensão do tema, que mostrou-se transversal em relação à Educação, Direito e Tecnologia e muito relevante em relação à Educação Profissional, principalmente no que tange aos cursos que estão vinculados diretamente à área da Tecnologia da Informação.

Por meio da pesquisa de campo, compreendemos que os estudantes têm um conhecimento superficial sobre o assunto e que desejam aprender mais através de palestras e oficinas, destacando a importância de conhecerem o assunto para sua vida profissional. O resultado da pesquisa também mostrou-se fator decisivo para a inserção de conteúdos no produto educacional.

O produto, pensado inicialmente para ser uma cartilha digital, migrou para o formato de *padlet* logo após a conclusão das pesquisas de campo. A decisão de modificar o formato não poderia ser mais acertada: nas avaliações pelos egressos, houve o destaque ao formato e a facilidade de navegar pelos menus e absorver o conteúdo apresentado, mostrando-se uma ferramenta importante na transmissão destes conhecimentos aos leitores. O produto educacional configura-se como uma ferramenta que pode ser amplamente utilizada por educadores e estudantes, principalmente da educação profissional e tecnológica, facilitando o acesso a informações relevantes sobre segurança na internet. Ainda que a pesquisa tenha se concentrado em um curso específico, os princípios levantados são aplicáveis a outras áreas e podem contribuir para o debate sobre a formação integral de jovens no contexto das novas tecnologias.

Por fim, cabe salientar que a pesquisa mostrou-se desde o início um caminho de aprendizado e reflexão, tanto para a pesquisadora quanto para os demais

participantes envolvidos. A interação com os discentes e egressos revelou a urgência de se discutir e integrar o Direito Cibernético na educação profissional, em especial, no contexto do Curso Técnico Integrado, visando a preparação dos estudantes para os desafios do mundo digital.

Também, cabe mencionar que além das práticas propostas nesta pesquisa, é fundamental a implementação das atuais políticas de educação digital, em especial, no contexto da formação profissional no contexto da EPT. A necessidade de ampliação dos estudos, em especial, com a produção de subsídios teóricos e metodológicos para a promoção de práticas educativas que promovam a formação de profissionais éticos, reflexivos e comprometidos com o respeito aos direitos fundamentais para todos/as.

Assim, espero que este trabalho contribua para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de navegar com segurança e responsabilidade no ambiente virtual e utilizar estes conhecimentos no mundo do trabalho e também que possam ser cidadãos ativos na busca da efetivação de seus direitos fundamentais. Acredito que a continuidade deste diálogo e a implementação das sugestões apresentadas podem enriquecer ainda mais a Educação Profissional e Tecnológica, promovendo uma formação que não apenas informe, mas também transforme.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JUNIOR, Júlio Cesar. Cibercrime: um estudo acerca do conceito de crimes informáticos. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca, Franca-SP*, v. 14, n. 1, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/download/602/pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

AZEVEDO, Jéssica Kamila Nunes; BIM, Silvia Amélia; MEDEIROS, Karen da Silva Figueiredo; MACIEL, Cristiano. Análise de perfil dos associados da Sociedade Brasileira de Computação: um recorte de gênero. In: *LATIN AMERICAN WOMEN IN COMPUTING (LAWCC)*, 2019, Panama City. Proceedings [...]. Panama City: CLEI, 2019. Disponível em: <<https://www.clei.org/LAWCC/lawcc2019/lawcc2019-p10.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Edições 70, 2016. 279 p.

BITENCOURT, César Roberto. *Direito Penal I*. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Direito%20Penal%20I%20-%20Cesar%20Roberto%20Bitencourt.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em 10 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 10 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 out 2023.

BRASIL, CAPES. Documento de Área –Ensino. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. *Diário Oficial da União*, Edição 3, Seção 1, p. 19, 6 jan. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em: 28 de junho de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14533.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

Carneiro, L. V. V. ., Santos, J. N. ., & Edler, G. O. B. . (2022). DIREITO CIBERNÉTICO: O IMPACTO GERADO PELA LEI CAROLINA DIECKMANN NO COMBATE AOS CRIMES VIRTUAIS REALIZADOS CONTRA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 8(11), 2061–2080. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i11.7793>

CARVALHO, João Victor Augusto Caetano et al. Direito na escola: instruindo jovens nos direitos e deveres, a inserção de noções jurídicas no ensino médio como fator de contribuição para a formação cidadã. IV Seminário Científico da FACIG, n. 4, fev. 2019. Disponível em: <<https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/885/779>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CGI.BR. TIC Kids Online Brasil: qualidade da conexão e dos dispositivos afetam a participação de crianças e adolescentes na Internet [Comunicado à imprensa]. Disponível em: <https://cgi.br/noticia/releases/tic-kids-online-brasil-qualidade-da-conexao-e-dos-dispositivos-afetam-a-participacao-de-criancas-e-adolescentes-na-internet/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CONIF. Histórico. Disponível em: <<https://113anos.redefederal.org.br/#historico>> Acesso em: 10 out. 2023

FERRARO, V. A. L.; DE PAULA, R. M.; PAIVA, R. S. de; OLIVEIRA, S. V. de; TONIN, Y. B.; PIRES, C. F. B. F.; FRANCO, F. D.; DESERTI, B. A Sociedade da Informação na Economia Globalizada: Alguns Aspectos do Direito Cibernético. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 19–28, 2004. DOI: 10.5433/1679-0383.2004v25n1p19. Disponível em:

<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3810>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 5, n. 2, 2021. <Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v5i2.1229>>. Acesso em: 28 out. 2024.

FRIGOTTO, G.. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 168–194, jan. 2009. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/?format=pdf&lang=pt>>
> Acesso em: 28 jun. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. Produção de conhecimentos sobre Ensino Médio Integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas . In: Anais / Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas, Rio de Janeiro, 3 e 4 de setembro de 2010; Organização de GT Trabalho e Educação da Anped; Projetos Integrados (UFF, Uerj, EPSJV/Fiocruz); Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l232.pdf>>
Acesso em: 05 jul. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores–Excertos. S/A Disponível em:<<http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839>>
Acesso em: 28 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO DO GRANDE DO SUL. Edital para Cadastro de estudantes que necessitem de Auxílio Inclusão Digital. Edital nº 20/2024 de 03 de julho de 2024. Disponível em:
<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2024/07/Edital_Proen-N-20-2024-Auxilio-Inclusao-Digital.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - CAMPUS FARROUPILHA. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Farroupilha, 2016.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. Comunicação & Educação, [S. l.], n. 27, p. 46-60, 2003. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>>. Acesso em: 28 out. 2023.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Proposta de validação colectiva de materiais educativos em mestrados profissionais da área de ensino. Revista de Educación Campo Abierto, 38(2), 185-198. Acedido janeiro 9, 2020, Disponível em: <<https://mascvuex.unex.es/revistas/index.php/campoabierto/article/view/3516>>. Acesso em: 22 nov. 2023

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais

na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: 7º Congresso Ibero-Americano em investigação qualitativa. v.1. 2018. Atas [...]. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656>>. Acesso em 22 nov. 2023

LÉVI-STRAUSS, Claude. Mito e significado. Lisboa: Edições 70, 1987.

MARTINEZ, André Almeida Rodrigues. O ensino da cidadania nas escolas brasileiras. Jus Navigandi, Teresina, ano 18, n. 3616, 26 maio 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/24507/o-ensino-da-cidadania-nas-escolas-brasileiras>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MORAES, Eliane de Fátima Robaino Marques de. A importância da introdução de disciplinas jurídicas no Ensino Médio. Xaxim, Santa Catarina. Revista Magistro, 2013 Vol. 8 n.2 p. 27-45 Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13762>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. Rio Grande do Norte. Holos, Ano 23, Vol. 2 - 2007. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/11>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

OLHAR DIGITAL. Tudo sobre Twitter. Disponível em: <<https://olhardigital.com.br/tag/twitter/>> Acesso em: 16 nov. 2023.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. – Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federai s%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 set. 2024.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. Imprensa: São Paulo, Saraiva, 2010.

PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2005. 2 v.

PÚBLIO JÚNIOR, C. O docente e o uso das tecnologias no processo de ensinar e aprender. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1092–1105, 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.n3.2018.11190. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11190>>. Acesso em: 20 set. 2024.

RAMOS, Marise. Concepção do Ensino Médio Integrado. Disponível em: <<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SAFERNET BRASIL. Institucional. Disponível em: <<https://new.safernet.org.br/content/institucional>> Acesso em: 10 out. 2023.

SAFERNET BRASIL. Denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil online compartilhadas pela Safernet. Disponível em: <<https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-imagens-de-abuso-e-exploracao-sexual-infantil-online-compartilhadas-pela>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A PRESENÇA DAS MULHERES. Educ. Teoria Prática, Rio Claro, v. 30, n. 63, e22, 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062020000100094&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnicia. Trab. educ. saúde [online]. 2003, vol.1, n.1, pp.131-152. ISSN 1981-7746. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 143-155, jan./abr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 1, n. 22, p. e13666, 2022. DOI: 10.15628/rbept.2022.13666. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SENADO FEDERAL. Lei Carolina Dieckmann, de punição a crimes cibernéticos, faz dez anos. Senado Notícias, Brasília, 31 mar. 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2023/03/lei-carolina-dieckmann-de-punicao-a-crimes-ciberneticos-faz-dez-anos>>. Acesso em: 15 out. 2024.

Supremo Tribunal Federal. Petição 12404/DF. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Brasília, DF: STF, 25 ago. 2024. Disponível em: <<https://noticias-stf-wp-prd.s3.sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/wpallimport/uploads/2024/08/30171714/PET-12404-Assinada.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2024.

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? Caderno de Educação, ano 20 - n. 49, v.1, 2017/2018 - p. 19 a 42. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/cadernodeeducacao/article/download/2809/1541>>. Acesso em: 10 out. 2023.

APÊNDICE A – TCLE - GRUPO 1 (discentes)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **GRUPO 1 - DISCENTES DO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO** **ENSINO DO CAMPUS FARROUPILHA DO IFRS**

Prezado(a) Estudante:

Você está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: **“O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica”**. Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ofertado em rede pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre, desenvolvido na linha de pesquisa de Práticas de Ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Nessa pesquisa pretendemos investigar o que os estudantes e docentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do IFRS Campus Farroupilha, entendem como crimes cibernéticos e quais estratégias de ensino sugerem para o enfrentamento e prevenção no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, visando a formação humana integral. Serão aprofundados os seguintes temas: Direito cibernético, Tecnologia, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica, Rede social, Rede X (antigo twitter). A pesquisa será feita no Campus Farroupilha do IFRS, e deverá durar em torno de 20 minutos, através de questionário impresso, que possui 17 questões abertas e fechadas, divididas em 5 seções, com respostas não obrigatórias. O seu sigilo será respeitado durante toda a pesquisa.

A sua participação na pesquisa pode ter alguns riscos, como possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, quebra de anonimato. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhado(a) para o setor de Assistência ao Educando do Campus Farroupilha do IFRS, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato imediato com o pesquisador responsável pelo estudo.

A sua participação na pesquisa poderá ter benefício direto, como a contribuição para a pesquisa e para o produto educacional, por isso a importância da sua participação.

Ao participar desta pesquisa, saiba que você tem direito:

- de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo a você;
- a não ser identificado e que as informações relacionadas à sua privacidade são confidenciais;
- de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar seu interesse em continuar participando da

pesquisa;

- de não ter despesas ou ônus financeiro relacionado à sua participação nesse estudo;

- de que, caso tenha despesas (e de seu acompanhante, se aplicável) relacionadas à participação na pesquisa, terá direito a compensação material das mesmas;

- de se recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012, 510/2016 e outras do Conselho Nacional de Saúde relacionadas à ética em pesquisa.

Também declaro que autorizo o uso de minhas imagens (foto, áudio e vídeo) captadas para fins desta pesquisa, sendo seu uso restrito a publicação de produto educacional e/ou artigos, considerando esse ser um trabalho acadêmico.

=====
===

Concordo em participar da pesquisa intitulada: **“O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica”**.

Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Farroupilha, ____ de _____ de _____.

Nome e
Assinatura do(a) participante

Nome e
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Contato do pesquisador:

Nome: Ana Camila Piaia

Instituição: IFRS Campus Farroupilha

Telefone: (54) 99629-3278

E-mail para contato: anacamila.piaia@gmail.com

Pesquisador(a) assistente (Orientadora): Liliane Madruga Prestes

Instituição: IFRS Campus Porto Alegre

Telefone para contato: (51) 98939-5978

E-mail para contato: liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, por favor consulte o

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) responsável pela avaliação. Um CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como objetivo defender os interesses

dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP:
95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

APÊNDICE B – TCLE - GRUPO 2 (egressos)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPPI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **GRUPO 3 - EGRESSOS DO TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO** **ENSINO DO CAMPUS FARROUPILHA DO IFRS**

Prezado(a) Egresso:

Você está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: **“O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica”**. Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ofertado em rede pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre, desenvolvido na linha de pesquisa de Práticas de Ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Nessa pesquisa pretendemos investigar o que os estudantes e docentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do IFRS Campus Farroupilha, entendem como crimes cibernéticos e quais estratégias de ensino sugerem para o enfrentamento e prevenção no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, visando a formação humana integral. Serão aprofundados os seguintes temas: Direito cibernético, Tecnologia, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica, Rede social, Rede X (antigo twitter). O local da pesquisa é o Campus Farroupilha do IFRS, e os dados produzidos foram sistematizados no produto educacional em formato de XXXXX, para o qual solicitamos sua avaliação mediante o preenchimento do questionário estruturado disponibilizado, via Google forms, através do link: <https://forms.gle/r14AUwDTq4bCwurm8>. As questões foram elaboradas e organizadas em seções que visam avaliar os seguintes critérios do Produto Educacional: apresentação estética e acessibilidade; conteúdo apresentado; relevância e impacto social. Após a leitura do referido produto educacional convidamos você a colaborar com a avaliação do mesmo mediante o preenchimento do questionário estruturado. O seu sigilo será respeitado durante toda a pesquisa.

A sua participação na pesquisa pode ter alguns riscos, como possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, quebra de anonimato. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhado(a) para o setor de Assistência ao Educando do Campus Farroupilha do IFRS, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato imediato com o pesquisador responsável pelo estudo.

A sua participação na pesquisa poderá ter benefício direto, como a contribuição para a pesquisa e para o produto educacional, por isso a importância da sua participação.

Ao participar desta pesquisa, saiba que você tem direito:

- de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo a você;
- a não ser identificado e que as informações relacionadas à sua privacidade são confidenciais;
- de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar seu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de não ter despesas ou ônus financeiro relacionado à sua participação nesse estudo;
- de que, caso tenha despesas (e de seu acompanhante, se aplicável) relacionadas à participação na pesquisa, terá direito a compensação material das mesmas;
- de se recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012, 510/2016 e outras do Conselho Nacional de Saúde relacionadas à ética em pesquisa.

Também declaro que autorizo o uso de minhas imagens (foto, áudio e vídeo) captadas para fins desta pesquisa, sendo seu uso restrito a publicação de produto educacional e/ou artigos, considerando esse ser um trabalho acadêmico.

=====
 ===

Concordo em participar da pesquisa intitulada: **“O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica”**.

Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Farroupilha, ____ de _____ de _____.

Nome e
Assinatura do(a) participante

Nome e
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Contato do pesquisador:

Nome: Ana Camila Piaia

Instituição: IFRS Campus Farroupilha

Telefone: (54) 99629-3278

E-mail para contato: anacamila.piaia@gmail.com

Pesquisador(a) assistente (Orientadora): Liliane Madruga Prestes

Instituição: IFRS Campus Porto Alegre

Telefone para contato: (51) 98939-5978

E-mail para contato: liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, por favor consulte o

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) responsável pela avaliação. Um CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP:
95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO GRUPO 1

Título do projeto: O 'X' da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica

Programa: Pós-graduação - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT

Linha de Pesquisa: Práticas de ensino em Educação Profissional e Tecnológica

Pesquisadora responsável: Mestranda Ana Camila Piaia

Orientadora: Profa. Dra Liliane Madruga Prestes

Grupo 1: Universo de participantes: Estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (10 participantes, com adesão voluntária)

Etapa: Aplicação de questionário estruturado, o qual será entregue impresso pela pesquisadora para preenchimento pelos(as) participantes, o que deverá ocorrer após o aceite para participar do estudo e preenchimento do TCLE.

Esboço do questionário a ser disponibilizado impresso para participação do Grupo 1 - Discentes

Seções:	Questões:
<p>Seção 1: Identificação do perfil dos discentes participantes do estudo</p>	<p>1. Gênero</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Masculino b) Feminino c) Prefiro não informar d) Outro <p>2. Raça/Etnia</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Amarelo b) Branco c) Indígena d) Pardo e) Preto <p>3. Qual a sua idade?</p> <ul style="list-style-type: none"> () 18 anos a 20 anos () 21 a 25 anos () 26 a 29 anos () 30 a 40 anos () 41 anos a 50 anos () Mais de 50 anos <p>4. Ano e Curso que atualmente frequenta no IFRS?</p> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/> <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-bottom: 5px;"/>

Seções:	Questões:

Seção 2: Expectativas em relação ao curso	<p>5. Quais suas expectativas após concluir o curso Técnico em Informática?</p> <p>() Trabalhar na área de Informática</p> <p>() Trabalhar em área diversa do curso</p> <p>() Ingressar no ensino superior na área de informática</p> <p>() Ingressar no ensino superior em outra área</p> <p>() Outros. Explique</p>
Seção 3: Acesso e rotinas de utilização da internet pelos estudantes	<p>6. Qual a forma de acesso à internet que você utiliza com mais frequência:</p> <p>a) rede própria (wi fi) no seu dispositivo móvel (celular ou smartphone)</p> <p>b) rede própria (wi fi) em dispositivo fixo na sua residência (computador de mesa ou outro dispositivo).</p> <p>c) rede pública disponibilizada na escola.</p> <p>d) rede pública disponibilizada em espaços públicos como shopping, praça ou outros.</p> <p>e) plano de dados de celular limitado</p> <p>f) plano de dados de celular ilimitado</p> <p>g) outros.</p> <p>Qual? _____</p> <p>_____</p> <p>7. Qual dos equipamentos abaixo você utiliza para acessar a internet?</p> <p>() Celular</p> <p>() Computador</p> <p>() Notebook</p> <p>() Tablet</p> <p>8. Quanto tempo por dia você tem disponível para acesso à internet?</p> <p>a) De uma até duas horas</p> <p>b) Mais de duas até quatro horas</p> <p>c) Mais de quatro até seis horas</p>

Seções:	Questões:																																																																	
	<p>d) Mais de seis horas</p> <p>9. Marque as plataformas abaixo indicando a frequência de utilização numa escala de 0 a 5:</p> <table border="1" data-bbox="719 499 1426 1128"> <thead> <tr> <th>Plataformas/Frequência</th> <th>1 a 2 horas/dia de utilização</th> <th>2 a 4 horas/dia de utilização</th> <th>4 a 6 horas/dia de utilização</th> <th>6 horas/dia de utilização</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>email</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>whatsapp</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>facebook</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>instagram</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>youtube</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>X (antigo twitter)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>tik tok</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>outros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>Caso tenha marcado a opção outros, descreva quais seriam:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>10. Com relação a conteúdos disponibilizados na internet você costuma acessar com mais frequências em plataformas na internet:</p> <table border="1" data-bbox="719 1554 1426 2072"> <thead> <tr> <th>Tipo de conteúdo/Frequência de acesso diária</th> <th>1 a 2 horas/dia de utilização</th> <th>2 a 4 horas/dia de utilização</th> <th>4 a 6 horas/dia de utilização</th> <th>Mais de 6 horas/dia de utilização</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Conteúdos postados em redes sociais de amigos e/ou familiares</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ouvir músicas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Jogar individualm</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Plataformas/Frequência	1 a 2 horas/dia de utilização	2 a 4 horas/dia de utilização	4 a 6 horas/dia de utilização	6 horas/dia de utilização	email					whatsapp					facebook					instagram					youtube					X (antigo twitter)					tik tok					outros					Tipo de conteúdo/Frequência de acesso diária	1 a 2 horas/dia de utilização	2 a 4 horas/dia de utilização	4 a 6 horas/dia de utilização	Mais de 6 horas/dia de utilização	Conteúdos postados em redes sociais de amigos e/ou familiares					Ouvir músicas					Jogar individualm				
Plataformas/Frequência	1 a 2 horas/dia de utilização	2 a 4 horas/dia de utilização	4 a 6 horas/dia de utilização	6 horas/dia de utilização																																																														
email																																																																		
whatsapp																																																																		
facebook																																																																		
instagram																																																																		
youtube																																																																		
X (antigo twitter)																																																																		
tik tok																																																																		
outros																																																																		
Tipo de conteúdo/Frequência de acesso diária	1 a 2 horas/dia de utilização	2 a 4 horas/dia de utilização	4 a 6 horas/dia de utilização	Mais de 6 horas/dia de utilização																																																														
Conteúdos postados em redes sociais de amigos e/ou familiares																																																																		
Ouvir músicas																																																																		
Jogar individualm																																																																		

Seções:	Questões:					
	ente e/ou em grupos					
	Realizar estudos e/ou pesquisas escolares					
	Acompanhar notícias diárias de temas da atualidade					
	outros					
<p>Caso tenha marcado a opção outros, descreva quais seriam:</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>						
<p>11. Com relação especificamente ao uso do X (antigo Twitter), marque abaixo quais conteúdos você costuma postar e com que frequência?</p>						
Tipo de conteúdo/ frequência da postagem	Frequência de 1 por vez por dia	Frequência de 2 ou mais vezes por dia	Frequência de uma vez por semana	Frequência de mais de uma vez por semana	Não costumo postar nesta plataforma	
Comentários no seu próprio perfil						
Comentário no perfil e/ou familiares						
Comentários no perfil da escola						
Comentários no perfil da sua família						

Seções:	Questões:				
	Comentários em perfis públicos diversos				
	outros				
	<p>Caso tenha marcado a opção outros, descreva quais seriam:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>				
<p>Seção 4 - Conhecimentos prévios dos estudantes sobre Crimes Cibernéticos, em particular, a partir do uso do X (antigo twitter)</p>	<p>12. Escreva, de forma breve, que você entende por crime cibernético? Se possível, poderias exemplificar?</p> <p>_____</p>				
	<p>13. Em escala de 01 a 04, assinale com que frequência você observou a conduta nas redes sociais, em particular, no X (antigo twitter)?</p>				
		01 vez	02 vezes	03 vezes	04 vezes
	Não dar o crédito de fotos, vídeos e áudios, mesmo que desconhecidos				
	Publicação de textos ou imagens ofensivos				
	Publicação de textos sem indicação de autoria				

Seções:	Questões:																			
	criação de perfil com nome de outra pessoa, "se passando" por ela																			
	disseminação de notícias falsas ou boatos falsos sobre pessoas ou instituições																			
<p>Seção 5 - Demandas e desafios para o enfrentamento e prevenção de crimes cibernéticos no contexto do curso técnico em informática</p>	<p>14. Você já ouviu falar sobre discursos de ódio nas redes sociais, em especial, no X (antigo twitter)?</p> <p>() Sim () Não () Prefiro não responder</p> <p>15. Na sua opinião, os crimes cibernéticos ocorrem com mais frequência em qual das plataformas abaixo?</p> <p>a) X (antigo Twitter) b) Facebook c) Instagram d) Tik tok e) Outros.Especifique: _____ _____</p> <p>16. Enquanto estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, qual a sua opinião sobre a adoção das seguintes estratégias para o enfrentamento e combate ao crime cibernético, em especial, no X (antigo twitter)?</p> <table border="1" data-bbox="719 1608 1426 2047"> <thead> <tr> <th data-bbox="719 1608 959 1733"></th> <th data-bbox="959 1608 1086 1733">Concordo plenamente</th> <th data-bbox="1086 1608 1198 1733">Concordo</th> <th data-bbox="1198 1608 1321 1733">Não concordo nem discordo</th> <th data-bbox="1321 1608 1426 1733">Discordo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="719 1733 959 1890">Realização periódica de palestras para crianças e adolescentes nas escolas.</td> <td data-bbox="959 1733 1086 1890"></td> <td data-bbox="1086 1733 1198 1890"></td> <td data-bbox="1198 1733 1321 1890"></td> <td data-bbox="1321 1733 1426 1890"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="719 1890 959 2047">Oficinas sobre direito cibernético destinadas para adolescentes e jovens estudantes do Ensino Médio.</td> <td data-bbox="959 1890 1086 2047"></td> <td data-bbox="1086 1890 1198 2047"></td> <td data-bbox="1198 1890 1321 2047"></td> <td data-bbox="1321 1890 1426 2047"></td> </tr> </tbody> </table>						Concordo plenamente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Realização periódica de palestras para crianças e adolescentes nas escolas.					Oficinas sobre direito cibernético destinadas para adolescentes e jovens estudantes do Ensino Médio.				
	Concordo plenamente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo																
Realização periódica de palestras para crianças e adolescentes nas escolas.																				
Oficinas sobre direito cibernético destinadas para adolescentes e jovens estudantes do Ensino Médio.																				

Seções:	Questões:				
	Inclusão de disciplina no PPC do Curso Técnico em Informática				
	Curso de extensão para a comunidade				
	<p>17. Enquanto estudante, quais conteúdos ou temas você sugere para serem abordados no Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio visando contribuir para o enfrentamento e combate aos crimes cibernéticos, em especial, no X (antigo twitter)?</p>				
	Temas/Relevância	Muito relevante	Relevante	Relativamente relevante	Não tão relevante
	Definição de crimes cibernéticos				
	Legislação sobre crimes cibernéticos				
	Boas práticas nas redes sociais				
	Segurança na internet				
	Proteção e reparação às vítimas dos discursos de ódio				
	Canais para denúncia				
	<p>Outras sugestões:</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>				

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO GRUPO 2: *Google forms* para avaliação do PE

Questionário para fins de avaliação do Produto Educacional decorrente da pesquisa intitulada: “ **O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica** ”

Você está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: “**O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica**”. Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ofertado em rede pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre, desenvolvido na linha de pesquisa de Práticas de Ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Nessa pesquisa pretendemos investigar o que os estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do IFRS Campus Farroupilha entendem como crimes cibernéticos e quais estratégias de ensino sugerem para o enfrentamento e prevenção no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, visando a formação humana integral. Serão aprofundados os seguintes temas: Direito cibernético, Tecnologia, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica, Rede social, Rede X (antigo twitter). O local da pesquisa é o Campus Farroupilha do IFRS, e os dados produzidos foram sistematizados no produto educacional em formato de [padlet](#), para o qual solicitamos sua avaliação mediante o preenchimento do questionário estruturado disponibilizado, via Google forms, através do link: <https://forms.gle/r14AUwDTq4bCwurm8>. As questões foram elaboradas e organizadas em seções que visam avaliar os seguintes critérios do Produto Educacional: apresentação estética e acessibilidade; conteúdo apresentado; relevância e impacto social. Após a leitura do referido produto educacional convidamos você a colaborar com a avaliação do mesmo mediante o preenchimento do questionário estruturado. O seu sigilo será respeitado durante toda a pesquisa.

A sua participação na pesquisa pode ter alguns riscos, como possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, quebra de anonimato. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhado(a) para o setor de Assistência ao Educando do Campus Farroupilha do IFRS, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato imediato com o pesquisador responsável pelo estudo.

A sua participação na pesquisa poderá ter benefício direto, como a contribuição para a pesquisa e para o produto educacional, por isso a importância da sua participação.

Ao participar desta pesquisa, saiba que você tem direito:

- de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo a você;
- a não ser identificado e que as informações relacionadas à sua privacidade são confidenciais;
- de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar seu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de não ter despesas ou ônus financeiro relacionado à sua participação nesse estudo;
- de que, caso tenha despesas (e de seu acompanhante, se aplicável) relacionadas à participação na pesquisa, terá direito a compensação material das mesmas;
- de se recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012, 510/2016 e outras do Conselho Nacional de Saúde relacionadas à ética em pesquisa.

Também declaro que autorizo o uso de minhas imagens (foto, áudio e vídeo) captadas para fins desta pesquisa, sendo seu uso restrito a publicação de produto educacional e/ou artigos, considerando esse ser um trabalho acadêmico.

=====

Concordo em participar da pesquisa intitulada: **“O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica”**.

Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Farroupilha, ___ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado em rede, pelo IFRS – Campus Porto Alegre, tendo sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS tendo sido aprovado conforme Parecer Consubstanciado CEP/IFRS no. 76028123.4.0000.8024

Ana Camila Piaia - mestranda

anacamila.piaia@gmail.com

Liliane Madruga Prestes - orientadora

liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br

Michelle Camara Pizzato - co-orientadora

michelle.pizzato@poa.ifrs.edu.br

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. E-mail *

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu _____, portador do documento de identidade ou CPF _____, concordo em participar da pesquisa intitulada: **“O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica”**.

Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Farroupilha, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

2. Após a leitura do Termo Consentimento Livre e Esclarecido referente a participação, voluntária na pesquisa intitulada: **“O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica”** *
DECLARO QUE:

Marcar apenas uma oval.

Li e estou de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e ACEITO participar, de forma voluntária e remota, nesta pesquisa intitulada “O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica” .

Identificação do/a participante:

3. Escreva um pouco sobre você (idade, gênero, raça/etnia e escolaridade, atividade que realiza, etc.):

Seção 1: Questões relacionadas à apresentação estética e acessibilidade do Produto Educacional

4. a) O produto educacional contém introdução e específica para qual público se destina?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, atende.
 Atende parcialmente
 Não atende.

5. b) Quanto às cores e formas utilizadas, o material apresentado é atrativo ao/a leitor/a?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, atende.
 Atende parcialmente
 Não atende.

6. c) Quanto a letra (tipo, cores e formato) e formatação do texto possibilita a acessibilidade para o/a leitor/a?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, atende.
 Atende parcialmente
 Não atende.

7. d) O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o/a leitor/a?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, atende.
 Atende parcialmente
 Não atende.

Seção 2: questões referentes ao conteúdo do Produto Educacional

8. a) O texto apresentado facilita a compreensão dos conceitos pelo/a leitor/a apontando subsídios e promovendo o respeito à diversidade (por exemplo, usa a flexão de gênero)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Atende parcialmente
 Não atende

9. b) O texto promove a leitura dinâmica, com informações técnicas na mesma proporção com o que é didático?

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
 Atende parcialmente.
 Não atende.

Seção 3: Questão referente à relevância e impacto social do produto educacional

10. a) O produto educacional tem potencial para contribuir para o debate sobre Direito Cibernético, segurança na internet, uso consciente das redes sociais, acesso à informação e cidadania?

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Atende parcialmente
- Não atende.

11. Espaço reservado para críticas e/ou sugestões para o aprimoramento do produto educacional:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE E - ENCARTE PARA O PRODUTO EDUCACIONAL



Ficha catalográfica

Ficha catalográfica do produto educacional

CDD 001.4

Catalogado por: (Nome do Bibliotecário e Registro no CRB)

Ficha Técnica

Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS

Programa: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT

Linha de Pesquisa: Práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica

Autor(as): Ana Camila Piaia; Profa. Dra. Liliane Madruga Prestes (orientadora); Profa. Dra. Michelle Camara Pizzato (co-orientadora)

Intérpretes de Libras: Maristela de Godoy e Mayssa Velasco Rodrigues

Revisão textual: Louize Maria Razera Ares de Oliveira

Público ao qual se destina: Estudantes de Cursos da área de Tecnologia da Informação, em especial da Educação Profissional e Tecnológica.

Título: Espaço Virtual sobre Direito Cibernético:

Compartilhando saberes na EPT

Formato: Digital - Recurso Educacional Aberto (Padlet)

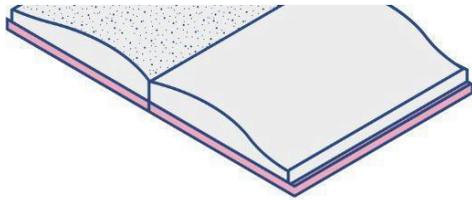


Como acessar o padlet?

[Link para acesso: https://padlet.com/anacamilapiaia/voc-quer-saber-um-pouco-sobre-direito-cibern-tico-8d95ygb6o4oygown](https://padlet.com/anacamilapiaia/voc-quer-saber-um-pouco-sobre-direito-cibern-tico-8d95ygb6o4oygown)

Licenciado sob: Repositório Aberto sobre Direito Cibernético: compartilhando conhecimentos no contexto da EPT © 2024 by Ana Camila Piaia; Liliane Madruga Prestes; Michelle Camara Pizzato is licensed under CC BY-NC-SA 4.0





[Assista aqui o vídeo de
apresentação com tradução em
libras](#)



Apresentação

Olá, pessoal! Você sabe o que é Direito Cibernético? Qual a importância de tais conhecimentos tanto para a sua vida pessoal quanto para a atuação profissional, em especial, na área de informática? Pensando nessas questões, organizamos este repositório, de acesso público e gratuito, no qual compartilhamos conhecimentos e dicas sobre Direito Cibernético. Tais dados foram produzidos a partir de pesquisa realizada com estudantes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio no decorrer do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo IFRS. Acesse, compartilhe e deixe suas sugestões.

ESTRUTURA DO PADLET

1 SEÇÃO

Informações sobre o produto educacional

Aqui você encontrará informações sobre o produto educacional e sobre a pesquisa de mestrado, sobre as autoras do produto e também sobre o mestrado PROFEPT.

2 SEÇÃO

O que é crime cibernético?

Aqui trazemos um conteúdo sobre os conceitos de crime cibernético e links de materiais que permitem tanto acompanhar as estatísticas das denúncias de crimes pelo mundo quanto outros materiais específicos sobre Direito cibernético.

3 SEÇÃO

Você sabe que cuidados precisa ter para navegar na internet?

Você já ouviu a expressão “internet é uma terra sem lei”? Nesta seção conversamos sobre isso e trazemos dois guias sobre segurança na internet

4 SEÇÃO

Denúncias de crimes cibernéticos

Nesta seção você encontrará o acesso a plataformas institucionais que permitem a realização da representação contra crimes na internet

ESTRUTURA DO PADLET

5 SEÇÃO

Recomendações para trabalhadores da área de tecnologia da informação

Compartilhamos aqui informações para aqueles leitores que desejam seguir trabalhando na área de informática

6 SEÇÃO

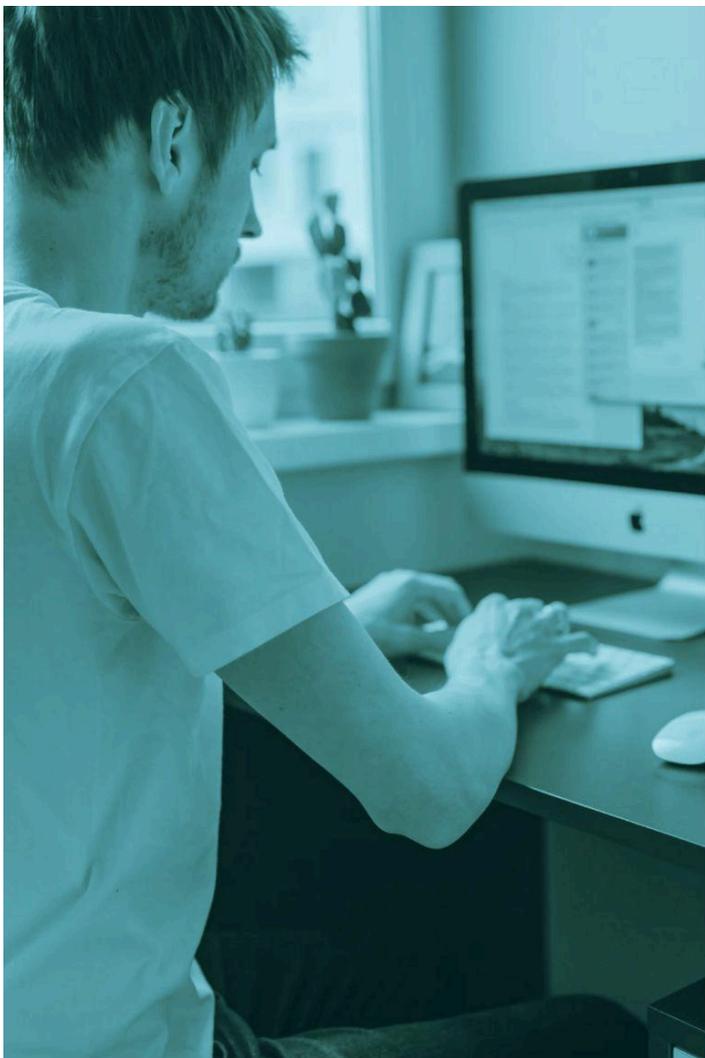
Sobre o IFRS

Aqui você encontrará informações sobre o Instituto Federal do Rio Grande do Sul e os cursos oferecidos.

7 SEÇÃO

Sugestões

Caso queira sugerir temas novos, acrescentar informações ou até mesmo entrar em contato para dúvidas, esta é a seção que você procura.



SOBRE O CURSO DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

O curso de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do IFRS Campus Farroupilha, tem como objetivo a formação geral do educando para o exercício da cidadania e para a atuação no mundo do trabalho, através da apropriação dos conhecimentos e práticas relacionados à ciência, à cultura e à tecnologia, assim como a capacitação para a atividade profissional específica para a área de informática.

Área de atuação: Empresas que utilizam sistemas computacionais no seu processo produtivo, órgãos públicos ou privados que atuem nos mais diversos setores e na prestação de serviços. Pode, também, atuar na prestação de serviços na área de tecnologia da informação.

Para mais informações, [acesse o site institucional](#).

SOBRE O PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PROFEPT - IFRS CAMPUS PORTO ALEGRE

Este produto educacional foi desenvolvido em pesquisa no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, no Campus Porto Alegre do IFRS. Este programa, criado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica (CONIF), com o apoio da SETEC/MEC, objetivou aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à EPT, articulado com a busca por qualificação de profissionais da rede federal de educação além de abrir a qualificação ao público em geral. Para saber mais informações sobre o programa, [este site disponibiliza](#) todos os regulamentos e dados necessários para ingresso no Programa.



Observatório ProfEPT

Além do site institucional, o programa conta com um observatório, site público e gratuito que possibilita o acesso do público em geral às dissertações de mestrado desenvolvidas em todo o país, fazendo com que as pesquisas e produtos educacionais possam ser utilizados por qualquer pessoa que tenha interesse nos temas trabalhados. [Saiba mais a respeito do observatório.](#)

Sobre as autoras

ANA CAMILA PIAIA

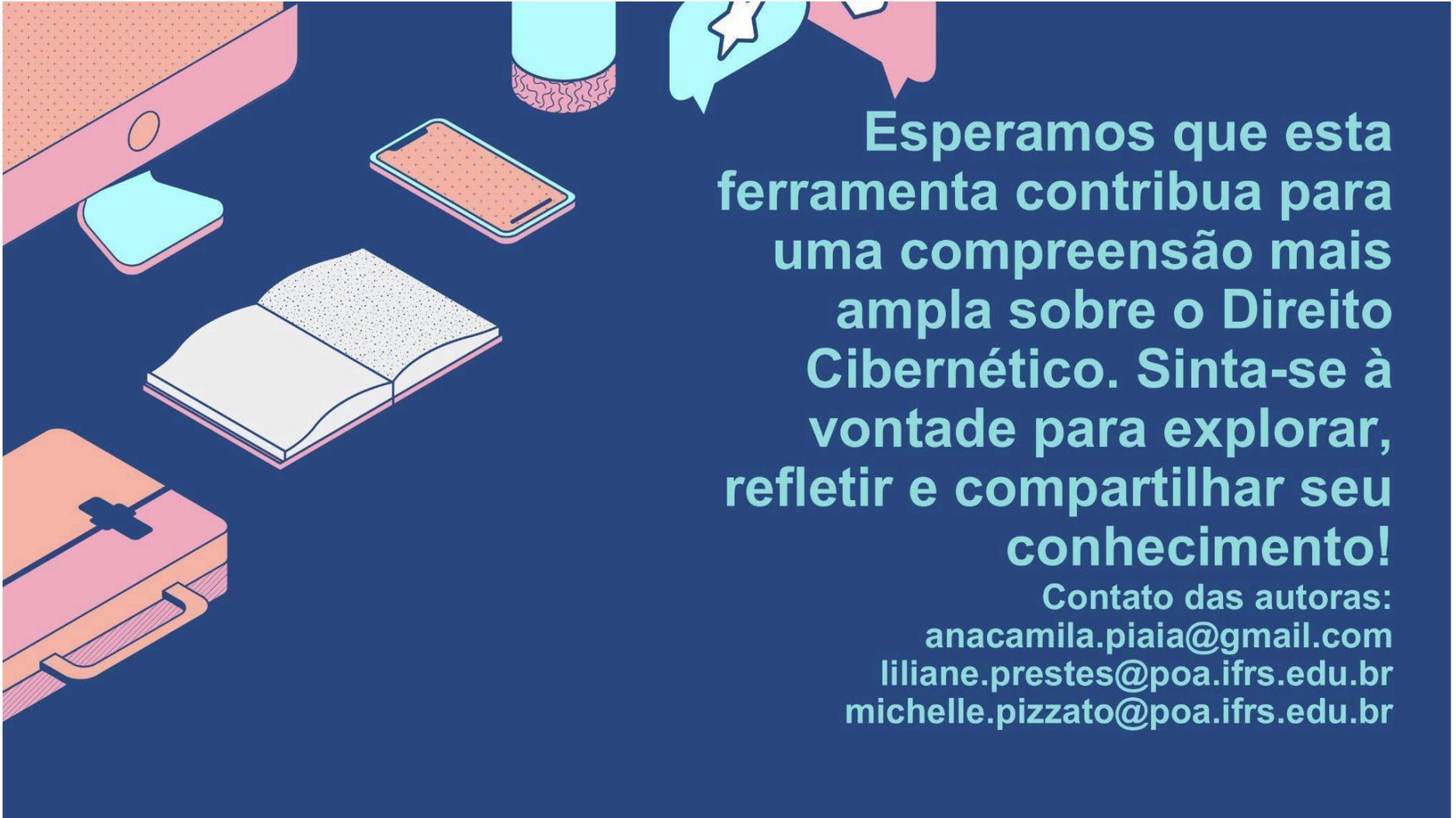
Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Porto Alegre, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) na linha de pesquisa de Práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Universidade Cândido Mendes. Bacharel em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Técnica Administrativa em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

LILIANE MADRUGA PRESTES

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área acadêmica da Educação do campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) . Docente permanente e coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), atuando na linha de pesquisa Práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica.

MICHELLE CAMARA PIZZATO

Doutora em Ensino de Ciências pela Universidad de Burgos. Mestrado em Ensino de Ciências (Modalidade Química) pela Universidade de São Paulo. Graduação em Química Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área acadêmica da Educação do campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) . Docente permanente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), atuando na linha de pesquisa Práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica.



Esperamos que esta ferramenta contribua para uma compreensão mais ampla sobre o Direito Cibernético. Sinta-se à vontade para explorar, refletir e compartilhar seu conhecimento!

Contato das autoras:
anacamila.piaia@gmail.com
liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br
michelle.pizzato@poa.ifrs.edu.br

APÊNDICE F - RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

31/10/2024, 15:03

Questionário para fins de avaliação do Produto Educacional decorrente da pesquisa intitulada: " O 'X' da questão na prevenç...

Questionário para fins de avaliação do Produto Educacional decorrente da pesquisa intitulada: **" O 'X' da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica "**

6 respostas

[Publicar análise](#)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Após a leitura do Termo Consentimento Livre e Esclarecido referente a participação, voluntária na pesquisa intitulada: **" O 'X' da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica "** DECLARO QUE:

Copiar

6 respostas



- Li e estou de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e ACEITO participar, de forma voluntária e remota, nesta pesquisa intitulada "O 'X' da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica"

Identificação do/a participante:

31/10/2024, 15:03

Questionário para fins de avaliação do Produto Educacional decorrente da pesquisa intitulada: " O 'X' da questão na prevenç...

Escreva um pouco sobre você (idade, gênero, raça/etnia e escolaridade, atividade que realiza, etc.):

6 respostas

Sou [REDACTED], tenho 19 anos, sou Desenvolvedor Web na [REDACTED] me considero pardo e atualmente curso Análise e Desenvolvimento de Sistemas no IFRS.

19 anos, masculino, branca, ensino superior incompleto, sou [REDACTED]

Sou um homem de 19 anos, que cursou anteriormente o curso técnico integrado no IF Campus Farroupilha e atualmente faço faculdade na UFRGS.

19 anos, feminino, branca, cursando o ensino superior em ciências contábeis, e estou desempregada no momento

Tenho 20 anos, sou mulher cis, branca, cursando o ensino superior no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Trabalho com desenvolvimento de software para uma empresa internacional.

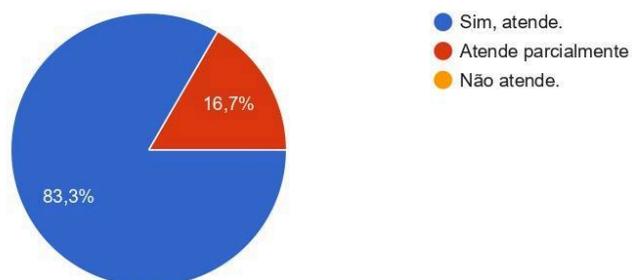
19 anos, mulher, branca e Ensino Médio completo

Seção 1: Questões relacionadas à apresentação estética e acessibilidade do Produto Educacional

a) O produto educacional contém introdução e específica para qual público se destina?

[Copiar](#)

6 respostas



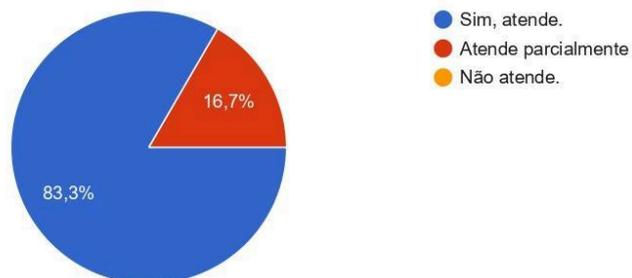
31/10/2024, 15:03

Questionário para fins de avaliação do Produto Educacional decorrente da pesquisa intitulada: "O 'X' da questão na prevenç...

b) Quanto às cores e formas utilizadas, o material apresentado é atrativo ao/a leitor/a?

 Copiar

6 respostas



c) Quanto a letra (tipo, cores e formato) e formatação do texto possibilita a acessibilidade para o/a leitor/a?

 Copiar

6 respostas



d) O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o/a leitor/a?

 Copiar

6 respostas



Seção 2: questões referentes ao conteúdo do Produto Educacional

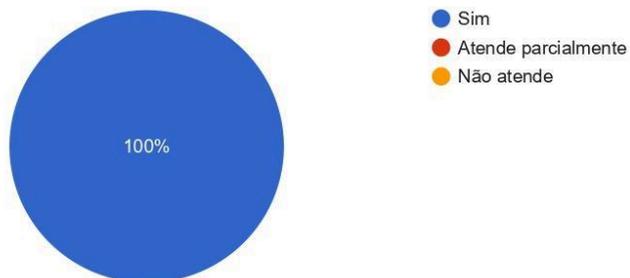
31/10/2024, 15:03

Questionário para fins de avaliação do Produto Educacional decorrente da pesquisa intitulada: "O 'X' da questão na prevenç...

a) O texto apresentado facilita a compreensão dos conceitos pelo/a leitor/a apontando subsídios e promovendo o respeito à diversidade (por exemplo, usa a flexão de gênero)?

 Copiar

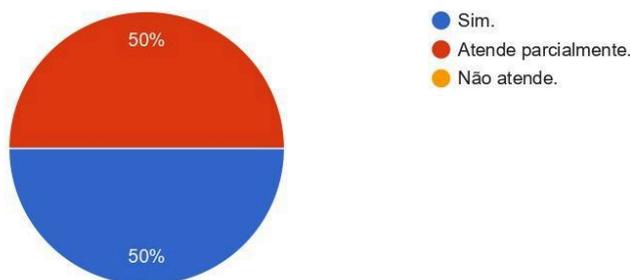
6 respostas



b) O texto promove a leitura dinâmica, com informações técnicas na mesma proporção com o que é didático?

 Copiar

6 respostas



Seção 3: Questão referente à relevância e impacto social do produto educacional

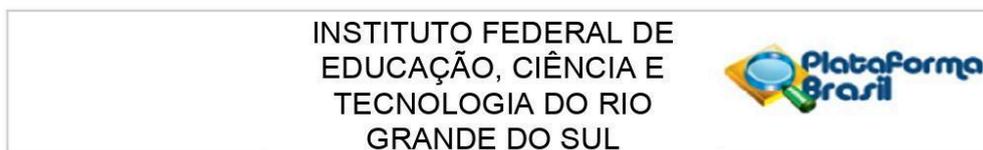
a) O produto educacional tem potencial para contribuir para o debate sobre Direito Cibernético, segurança na internet, uso consciente das redes sociais, acesso à informação e cidadania?

 Copiar

6 respostas



ANEXO A – PARECER DE APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFRS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O"X" DA QUESTÃO NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE CRIMES CIBERNÉTICOS: ESTRATÉGIAS DE ENSINO A PARTIR DA ESCUTA DE ESTUDANTES E DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Pesquisador: ANA CAMILA PIAIA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76028123.4.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.683.621

Apresentação do Projeto:

Este projeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica ofertado em rede pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre, desenvolvido na linha de pesquisa de Práticas de Ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Nessa pesquisa pretende-se investigar o que os estudantes e docentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do IFRS Campus Farroupilha, entendem como crimes cibernéticos e quais estratégias de ensino sugerem para o enfrentamento e prevenção no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, visando a formação humana integral.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar o que os estudantes e docentes do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do IFRS Campus Farroupilha, entendem como crimes cibernéticos e quais estratégias de ensino sugerem para o enfrentamento e prevenção no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, visando a formação humana integral.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

Podem ser riscos da pesquisa: possibilidade de constrangimento ao responder o questionário;

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303	
Bairro: CENTRO	CEP: 95.700-086
UF: RS	Município: BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340	E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 6.683.621

estresse; quebra de sigilo; cansaço ao responder às perguntas e quebra de anonimato. Apesar disso, procurar-se-á minimizá-los com as seguintes estratégias: garantir o acesso em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, no caso, o questionário será entregue de forma individualizada e impressa para cada uma dos participantes. As questões visam a obtenção de informações, apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa, sendo garantida o anonimato mediante a não identificação nominal no questionário.

Esses são riscos condizentes com a proposta metodológica apresentada.

BENEFÍCIOS:

A pesquisa e o posterior produto educacional trarão inúmeros benefícios, tanto aos participantes quanto à comunidade escolar como um todo, podendo ser citados: a ampliação do conhecimento sobre direito cibernético e segurança na internet e redes sociais aos discentes e docentes do Campus Farroupilha do IFRS; b-fornecer subsídios para melhoria do projeto político pedagógico do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, com a possibilidade de introdução do tema no curso, com o objetivo de garantir a formação humana integral dos discentes; e c-fomentar a importância do diálogo sobre direito cibernético e rede social, principalmente no que tange à boas práticas nas redes, conscientizando os discentes e docentes sobre cidadania no meio digital.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta atende a todas as exigências quanto aos aspectos éticos nela envolvidos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados e estão de acordo com as normativas éticas.

Recomenda-se corrigir os cabeçalhos dos TCLE dos grupos 2 e 3, uma vez que são identificados como do Grupo 1.

Recomendações:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
UF: RS Município: BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 6.683.621

na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Considerações Finais a critério do CEP:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	Questionario_Grupo_Docentes.pdf	14/12/2023 10:10:44	ANGELO CASSIO MAGALHAES HORN	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2247020.pdf	24/11/2023 17:07:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_BROCHURA.pdf	24/11/2023 17:07:08	ANA CAMILA PIAIA	Aceito
Cronograma	Cronograma_assinado.pdf	24/11/2023 16:48:59	ANA CAMILA PIAIA	Aceito
Outros	Questionario_Egressos.pdf	22/11/2023 20:05:41	ANA CAMILA PIAIA	Aceito
Outros	Questionario_Grupo_Discentes.pdf	22/11/2023 20:04:55	ANA CAMILA PIAIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Grupo_Docentes.pdf	22/11/2023 19:38:27	ANA CAMILA PIAIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Grupo_Egressos.pdf	22/11/2023 19:38:15	ANA CAMILA PIAIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Grupo_Discentes.pdf	22/11/2023 19:38:06	ANA CAMILA PIAIA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_anuencia_Porto_Alegre.pdf	17/11/2023 20:22:01	ANA CAMILA PIAIA	Aceito

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.683.621

Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_anuencia_Farroupilha.pdf	17/11/2023 20:21:48	ANA CAMILA PIAIA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	17/11/2023 20:08:24	ANA CAMILA PIAIA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 04 de Março de 2024

Assinado por:

JOAO VITOR GOBIS VERGES
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL IFRS - CAMPUS PORTO ALEGRE**CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL**

Eu, Fabrício Sobrosa Affeldt, responsável pela instituição Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre, autorizo a realização da pesquisa intitulada **“O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica”**, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo. Serão, ainda, observadas na íntegra, as disposições constantes na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018, no tocante à preservação da confidencialidade de todas as informações pessoais coletadas, que serão utilizadas unicamente para atender à finalidade específica da pesquisa, sendo realizada, sempre que possível, a anonimização de eventuais dados pessoais sensíveis.”.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Serão disponibilizados à pesquisadora o acesso ao espaço físico da instituição para a pesquisa e ao acervo digital da Biblioteca.

Farroupilha, 14 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br FABRICIO SOBROSA AFFELDT
Data: 14/11/2023 15:34:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do responsável institucional
Diretor-Geral

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL - IFRS - CAMPUS FARROUPILHA**CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL**

Eu, Leandro Lumbieri, responsável pela instituição Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Farroupilha, autorizo a realização da pesquisa intitulada **“O ‘X’ da questão na prevenção e enfrentamento de crimes cibernéticos: estratégias de ensino a partir da escuta de estudantes e docentes da Educação Profissional e Tecnológica”**, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo. Serão, ainda, observadas na íntegra, as disposições constantes na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018, no tocante à preservação da confidencialidade de todas as informações pessoais coletadas, que serão utilizadas unicamente para atender à finalidade específica da pesquisa, sendo realizada, sempre que possível, a anonimização de eventuais dados pessoais sensíveis."

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Serão disponibilizados ao pesquisador: espaço físico da instituição, documentos do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, documentos para análise, entre outros.

Farroupilha, 04 de outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br LEANDRO LUMBIERI
Data: 04/10/2023 13:43:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do responsável institucional
Diretor-Geral